

O CORREIO

ENTRE FRONTEIRAS
E TRINCHEIRAS





S.P.C.

A presente exposição pretende dar a conhecer o Serviço Postal de Campanha (SPC) do Corpo Expedicionário Português que actuou durante a I Guerra Mundial, na Flandres.

A missão do SPC era a permuta de correspondência entre Portugal e o Corpo Expedicionário Português em França, e as comunicações postais internas entre as várias unidades e formações.

O CORREIO

ENTRE FRONTEIRAS
E TRINCHEIRAS

Título

O CORREIO ENTRE FRONTEIRAS E TRINCHEIRAS

O SERVIÇO POSTAL DE CAMPANHA DO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS NA GRANDE GUERRA

Autores

Patrícia Franco Frazão, Sandra Domingues, Jorge Rocha e José Paulo Berger

Colaboração

Eduardo Barreiros e Luís Barreiros

Edição

De Autor, FPC, CEG/IGOT/UL, CECIGG, GEAEM/DIE, FCT.

Capa

Desenho de Eduardo da Cunha Serrão, Arquivo Histórico da FPC.

Design e paginação

José Dias – Design

Impressão e acabamento

Soartes – Artes gráficas, Lda.

ISBN

978-989-20-6085-9

Depósito Legal

399616/15

Tiragem

300 Exemplares

ÍNDICE

5	Apresentação
11	Nota Prévia
15	Aliados. E Agora?
18	Primeira Missão. Diplomacia e Adaptação
24	O Serviço sobre rodas
26	O Serviço Postal de Campanha em pleno Funcionamento
28	Fiscalização do Serviço Postal e Censura
32	Entre a Retaguarda e a Frente de Batalha
34	9 de Abril de 1918
37	<i>O Serviço Põe Cuspo</i>
43	Dos Correios para a Guerra. De Técnicos a Militares
47	Casos e Acasos da Vida Militar. Louvores, Punições, Licenças...
53	O Regresso à Vida Civil
57	O Relatório Desaparecido
59	Anexos
60	História Postal da I Grande Guerra
63	Bibliografia
64	Ficha Técnica da Exposição e Agradecimentos

APRESENTAÇÃO

Esta exposição, «*O Correio entre Fronteiras e Trincheiras*», evoca a participação de Portugal na I Grande Guerra (1914–1918), retratando a organização e o funcionamento do Serviço Postal de Campanha do Corpo Expedicionário Português (SPC/CEP), efectivamente criado em 1916 e projectado para o Teatro de Operações Europeu em 1917.

Resulta de uma parceria que envolve:

- Fundação Portuguesa das Comunicações
- Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
- Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas do Exército

e que contou, ainda, com o apoio do:

- Museu Militar de Lisboa
- Núcleo Museológico das OGFE
- Arquivo Histórico Militar.

Para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Grande Guerra este entendimento entre organizações diferentes mas que se souberam complementar para este efeito, é a forma mais interessante de prestar homenagem e recordar os portugueses chamados a fazer a guerra, e ilustra bem que essa vontade é, hoje, transversal a várias instituições.

O SPC/CEP foi guarnecido por quadros e funcionários da Direcção Geral dos Correios e Telégrafos que, para tal, foram mobilizados e militarizados, tendo sido chefiados pelo Engenheiro Humberto da Cunha Serrão, graduado no posto de Capitão.

O Capitão Serrão disse do seu Serviço: «*insignificante e modesto, mas só na aparência, porque o Serviço postal num exército em campanha, longe de desempenhar um papel banal e dispensável, representa um dos factores de maior importância para a manutenção se não elevação, do nível moral das praças, mas também dos oficiais*».

Este seu apontamento, simples na descrição, encerra toda a grandeza de um Serviço que tem, de facto, esse propósito, e que pode agora ser melhor conhecido, graças à visão histórica e cultural dos seus organizadores, a quem a Comissão manifesta o seu agradecimento pela iniciativa.

Mário de Oliveira Cardoso

Tenente-General

Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Grande Guerra

A presente exposição, «*O Correio entre Fronteiras e Trincadeiras*», realizada no âmbito do protocolo celebrado entre o Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (CEG/IGOT/UL) e a Fundação Portuguesa das Comunicações, a que se juntou o Exército Português traz agora à luz do dia o espólio pessoal de um ex-funcionário dos CTT — Humberto Júlio da Cunha Serrão.

O seu espólio, sobretudo no que diz respeito à documentação relativa ao Serviço Postal de Campanha que este organizou de forma louvável na Flandres, durante a Grande Guerra, foi doado pelos seus familiares a esta Fundação e é uma fonte imprescindível para a compreensão da organização da rede de comunicações postais do Corpo Expedicionário Português.

A Fundação Portuguesa das Comunicações tem como principal missão promover o estudo, a conservação, e a divulgação do património histórico, científico e tecnológico das comunicações e por isso é com o maior orgulho e alegria que acolhe mais uma vez, nos espaços do seu Museu, uma exposição que reflecte a recolha, o tratamento e a difusão da informação que consta no seu acervo mas também na importância de estabelecer relações de

cooperação institucionais para o estudo e divulgação do mesmo.

Com esta exposição a Fundação Portuguesa das Comunicações pretendeu, neste contexto evocativo, lembrar e honrar os funcionários dos CTT que participaram na Grande Guerra através de um serviço que foi importantíssimo para manter elevada a moral das tropas.

Uma palavra de agradecimento e reconhecimento pelo excelente trabalho realizado aos nossos “parceiros” deste projecto, o Centro de Estudos Geográficos, o Exército Português e a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, à Patrícia Salvado, historiadora e investigadora da equipa do Arquivo Histórico e Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações e ao Arquitecto Rui Órfão responsável pelo design e implantação desta exposição.

Luís M. Andrade

Presidente

Fundação Portuguesa das Comunicações

O Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa associou-se, com muito agrado, à Fundação Portuguesa das Comunicações, ao Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar e à Comissão Coordenadora para a Evocação do Centenário da I Guerra Mundial na preparação da exposição *O Serviço Postal entre Fronteiras e Trincheiras* por entender que a cooperação interinstitucional e multidisciplinar é uma ferramenta estratégica, nos dias de hoje, na persecução da sua missão e por, obviamente, não poder deixar passar em branco a Evocação do Centenário da I Guerra Mundial que se assinala em Portugal e no mundo.

Esta exposição, para além de uma justa homenagem aos 48 funcionários da Administração Geral dos Correios e Telégrafos que implementaram e fizeram funcionar de forma eficaz o Serviço Postal de Campanha, é uma demonstração do valor acrescentado dos Sistemas de Informação Geográfica no tratamento, análise e sobretudo na divulgação de fontes de informação históricas. Esperamos seja uma rampa de lançamento para outros projetos e que contribua para incentivar outras instituições, privadas, públicas, militares, de ensino superior, etc., a apostar na cooperação interinstitucional e multidisciplinar

como uma ferramenta para o tratamento, disponibilização e divulgação da informação que guardam nas suas bibliotecas e centros de documentação. Fica também patente a transversalidade da geografia às diversas áreas do conhecimento e sobretudo a importância da análise do território como suporte da rigorosa reconstituição de acontecimentos históricos.

Enquanto Diretor do Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa (IGOT/UL) agradeço a todos os que conosco trabalharam neste projeto, especialmente à Fundação Portuguesa das Comunicações e ao Exército Português por nos terem convidado a integrar este projeto que mostrou ser possível unir três instituições tão distintas na sua missão, quanto na documentação que guardam em prol de um objetivo comum, homenagear aqueles que tiveram um dos mais duros papéis na participação portuguesa na I Guerra Mundial, manter o moral das tropas.

Mário Vale

Director do Centro de Estudos Geográficos
(IGOT/UL)

Associando-se às iniciativas de evocação do 100.º aniversário da passagem do início da I Guerra Mundial, a FPC, em parceria com o CEG/IGOT/ULe o Exército Português, pretende dar a conhecer e homenagear o contributo dos 48 funcionários da Direcção Geral dos Correios e Telégrafos, mobilizados e militarizados, responsáveis pela organização e funcionamento do Serviço Postal de Campanha (SPC) que apoiou as tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP), na Flandres, entre 1917 e 1918.

A exposição narra, com base nos relatos do Chefe do Serviço Postal, Engenheiro Humberto Júlio da Cunha Serrão (1885-1959), quadro superior da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (AGCT), mobilizado, em Dezembro de 1916, para o Serviço Postal de Campanha, a actividade de um serviço de índole civil a trabalhar numa organização militar, imposto por força das circunstâncias da época, mas cujo contributo foi imprescindível para o moral e bem estar das tropas e inestimável na História da participação de Portugal na Grande Guerra. Mostra-se a forma como o SPC se preparou para actuar na Flandres, como se organizou e empenhou no teatro de operações, culminando com o distanciamento com que os portugueses os receberam no regresso à Pátria (1917-1919).

Recorre-se à descrição e espacialização da organização da rede de comunicações postais implementada, fazendo uso dos modernos Sistemas de Informação Geográfica, que permitem visualizar melhor a organização e funcionamento do Serviço, mas também as adversidades que tiveram que ultrapassar para desempenhar a sua função a mais de 2.000 quilómetros de distância de Portugal.

O tempo e as circunstâncias, em que uma boa parte da documentação que constitui o espólio de Humberto Serrão, à guarda do Arquivo Histórico da FPC foi elaborada,

ditaram a necessidade de colmatar algumas lacunas e imprecisões da informação disponível através da recolha em fontes adicionais ou complementares, pelo que também se mostram os poucos mapas que sobreviveram à guerra, preservados pelo Exército e à guarda no Arquivo Histórico Militar e Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar que ilustram a distribuição geográfica das estações postais e a sua articulação com as unidades militares do CEP, mas acima de tudo os que foram elaborados com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), estáticos, ou dinâmicos, que servem para relevar a árdua tarefa dos funcionários da AGCT.

Importa ainda destacar o núcleo da exposição onde se apresenta a equipa que apressadamente teve que se “fazer” e ser militar, e onde se procurou ilustrar algumas das venturas e desventuras vividas para lá da fronteira, entre as trincheiras. Faz-se também uma breve abordagem às peças filatélicas, que acompanharam o Serviço Postal na Guerra e que por si só são um precioso testemunho daquele serviço.

Presta-se com esta exposição homenagem aos homens que, apesar das adversidades, se sentiram “*compensados pelo facto de ter sido levado a cabo ... com agrado para a maioria dos utilizadores um serviço*” que foi capaz de manter as tropas em contacto com o seu país natal e sobretudo com as suas famílias.

Das razões da mobilização até à sua recepção no regresso à Pátria, a exposição procura fazer justiça ao grupo de portugueses que fez chegar a correspondência, em 5 dias, ao destinatário e fez circular diariamente cerca de 113 malas o que implicou a distribuição de 32.862.989 espécimes (correspondência ordinária, registada e encomendas).

Os Comissários da Exposição



≡ S. P. C. ≡

NOTA PRÉVIA

Portugal entrou na Grande Guerra, ao lado dos Aliados. Apesar de oficialmente só ter sido assumido o seu papel de combatente em 1916, as tropas portuguesas partiram muito mais cedo para África e ali combateram os Alemães, bem antes de partirem para a Flandres. Portugal mobilizou cerca de 158.500 homens: 49.100 para África (18.400 para Angola e 30.700 para Moçambique), 13.000 para guarnecer as Ilhas Atlânticas, Índia e Timor, 40.000 para defender a Metrópole e 56.400 para França.

Em 28 de Junho de 1914, um atentado em Sarajevo, na Sérvia, vitimando o arquiduque Leopoldo da Áustria, e as alianças entre estados europeus iria colocar a Europa no maior conflito global até então visto. A 7 de Agosto de 1914, o Parlamento Português, embora mantendo a neutralidade, declara assumir as responsabilidades dos Tratados com a Grã-Bretanha. A 23 de Fevereiro de 1916, Portugal requisita os navios alemães e austríacos abrigados em portos portugueses, o que veio fazer com que a Alemanha, em 9 de Março, declarasse guerra a Portugal. Na sequência desta declaração, mas já em Julho, a Grã-Bretanha convida Portugal a tomar parte activa nas operações militares aliadas e em Agosto o Congresso Nacional decide enviar para a Flandres o CEP.

A entrada de Portugal na Grande Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, com participação nos teatros de guerra da Flandres e de África, veio a ser determinada por razões externas e internas. Portugal entrou para preservar as suas colónias de além-mar cobiçadas pelos grandes impérios. A ameaça era um facto existente e um risco associado à soberania futura de Portugal sobre territórios africanos que administrava. A questão colonial foi uma condicionante de peso e um factor de mobilização importante, que reuniu consenso na sociedade portuguesa. Contudo a defesa das

colónias, por si só, não só não justificava a intervenção no teatro europeu, como não impunha, sequer, a beligerância activa.

Entrou também para obter reconhecimento internacional e esconjurar o perigo espanhol. Em face da neutralidade espanhola, exigia-se um Portugal beligerante que passava pela preponderância no quadro peninsular e pela conquista de um lugar privilegiado nas alianças extra peninsulares, isto é, especialmente na relação com Inglaterra, para posteriormente retirar contrapartidas nas negociações finais de paz. Mas o estatuto diplomático de beligerância peninsular não obrigava, automaticamente, a intervir militarmente no teatro europeu.

Contudo, do ponto de vista interno, a entrada em guerra serviu ainda de motivo para a consolidação e legitimação nacional do novo regime republicano, forçando a uma união de forças nacionais — os partidos republicanos radicais e moderados — no governo e na sociedade, e fazendo baixar as ameaças da oposição ao regime instituído. Perante as clivagens dentro e fora do regime, só a ameaça externa e uma intervenção militar na guerra em larga escala poderiam justificar o sacrifício de todas as fracturas e facções internas em função do interesse e da unidade nacional. No imaginário nacional os soldados portugueses combateriam com os grandes e entre os grandes, sob a bandeira da República, facto que conferiria, finalmente, ao regime a legitimidade retrospectiva que lhe faltava. A entrada de Portugal na guerra europeia assegurava, assim, e ao mesmo tempo, a consolidação política e a legitimidade simbólica da República.

Neste pressuposto, e pela acção do governo do Partido Democrático, Portugal ia-se preparando para a entrada

na guerra europeia. Mas, em Março de 1916, quando a Alemanha decretou a guerra a Portugal, era ainda muito deficiente a preparação militar das unidades portuguesas. Os primeiros governos da República não tiveram a capacidade nem os meios para rearmar convenientemente o Exército português. O envio das forças expedicionárias para Angola e Moçambique e as intervenções militares nos movimentos políticos e partidários internos impediram também a boa instrução das tropas, pelo que a guerra europeia veio encontrar o Exército português numa posição muito difícil e na impossibilidade de dar uma resposta imediata de nível adequado às exigências impostas pelos novos métodos de guerra, armamento, equipamento, preparação e instrução das tropas.

A Divisão Auxiliar que constituía o núcleo de tropas organizado para fazer frente a qualquer emergência no território nacional foi a base do conjunto de tropas reunido no Campo de Manobras de Tancos, que passaria a designar-se por Divisão de Instrução. Esta com a declaração da guerra de Alemanha acelerou a sua preparação efectiva e de todo o Exército após publicação de diplomas governativos destinados ao seu aperfeiçoamento, acompanhados de outras medidas militares, económicas e jurídicas indispensáveis à política de guerra que iria ser empreendida. Estas vieram reforçar Tancos como a escola preparatória e o campo experimental para o treino dos futuros expedicionários e da formação específica dos oficiais milicianos de todas as armas e serviços. Os exercícios de treino de combate só terminariam, em 10 de Agosto de 1916, com a presença do Presidente da República, dos membros do Governo e das chefias das Forças Armadas.

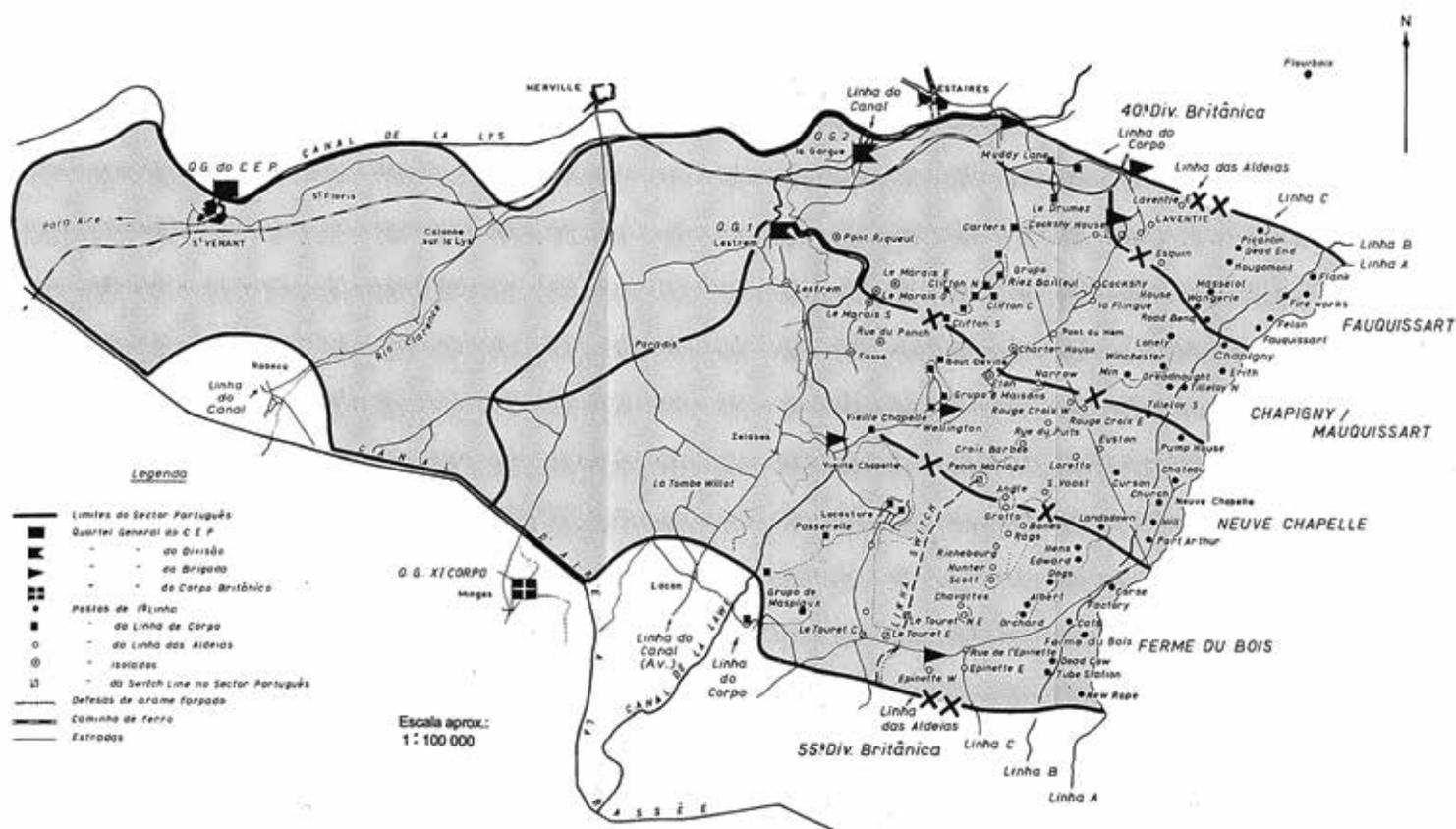
A actividade política teve que acompanhar a preparação militar das unidades portuguesas. O Governo Britânico convidara Portugal a uma maior cooperação militar na Europa e uma missão militar conjunta de ingleses e franceses veio a Portugal para se estudar com o Governo e o Estado-Maior o emprego das tropas portuguesas no Teatro de Operações Europeu. Das conferências havidas resultou

a assinatura de duas convenções: a Convenção Anglo-Lusa de Cooperação Militar, que colocava o Corpo Expedicionário Português a actuar de harmonia com as determinações do Exército Britânico em França, onde receberia a sua última instrução militar; e a Convenção Franco-Portuguesa, que regulava o envio para França do pessoal necessário para guarnecer baterias de artilharia pesada a fornecer por aquele país.

Foram, desta forma, criadas duas forças expedicionárias: o Corpo Expedicionário Português (CEP), que era um corpo de exército, a duas divisões, que ficaria sob comando britânico, na área territorial da Flandres; e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), que seria constituído por baterias de artilharia pesada montadas em composições de caminhos-de-ferro e subordinadas ao comando francês para actuação operacional.

Os serviços do Corpo Expedicionário Português tiveram o desenvolvimento correspondente ao escalão corpo de exército e ao tipo de autonomia que lhe competia estando o seu quartel-general dotado de 17 repartições e chefias de serviços, entre as quais as do Serviço Postal de Campanha. Para estudar e preparar a entrada destas tropas no seu sector, desde os últimos meses de 1916, tinham partido para França, por via-férrea, missões de oficiais e sargentos das várias armas e serviços. É assim que, em 1917, conjuntamente com a Grécia, os Estados Unidos da América, o Brasil e outros estados Hispano-Americanos, Portugal se vê envolvido com a sua participação no teatro de operações europeu, quando a 26 de Janeiro, as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português embarcaram para Brest, seguindo dali para Aire a sua Zona de Concentração.

O sector nacional, conhecido como Sector Português da Flandres, no médio Lys, fazia parte do Primeiro Exército Inglês, com uma frente de cinquenta quilómetros, tendo a Norte o Segundo Exército, e a sul o Quinto Exército, ambos britânicos. A frente portuguesa, que ia desde *Scheteland Road*, a oeste de La Bassée, até *New Bond Street*,



a leste de Lavantie, nunca excedeu os dezoito quilómetros, tendo como limite à retaguarda, no flanco norte, o canal do Lys, desde a ponte da estrada Estaires–Armentières a sul de Harversquerque e no flanco sul, o canais de La Bassée e de Aire até à ponte de linha férrea Merville–Berguette. Estava em contacto com o inimigo através da “terra de ninguém”, uma faixa de terreno sempre vigiada, que separava as duas forças combatentes em luta, numa largura de 100 a 400 metros. Era uma zona devastada, repleta de buracos e crateras de todos os tamanhos e completamente revolvida pelo fogo de artilharia, numa região onde se verificavam invernos longos, chuvosos e muitas vezes com neve, nevoeiros frequentes e degelo que mantinham o solo encharcado, com temperaturas bastante inferiores às que o soldado português estava habituado. Este terreno favorecia a progressão das tropas quando estava seco, mas favorecia a defesa estando alagado, não sendo contudo

fácil a sua defesa, nem sendo de baixa probabilidade uma ofensiva alemã por aquele sector. Apesar deste perigo, foi só a 5 de Novembro de 1917 que o comandante do Corpo Expedicionário Português assumiu definitivamente a inteira responsabilidade pela defesa do sector destinado às unidades portuguesas.

A importância da frente interna como base de apoio às forças expedicionárias em campanha, tanto em África como na Flandres, foi uma das principais realidades da Grande Guerra. A constatação de que operações militares, que levavam às vitórias ou às derrotas, já não podiam ser construídas unicamente no campo de batalha, mas que eram também um resultado de um esforço comum, transversal a toda a sociedade portuguesa, ligando o campo de batalha à zona do interior, obrigou a uma mobilização sem precedentes da sociedade.

ALIADOS. E AGORA?

A entrada de Portugal na guerra europeia veio encontrar o Exército português numa posição muito difícil e na impossibilidade de dar uma resposta imediata de nível adequado às exigências impostas pelos novos métodos de guerra, armamento, equipamento, preparação e instrução das tropas. A Divisão Auxiliar que constituía o núcleo de tropas organizado para fazer frente a qualquer emergência no território nacional foi a base do conjunto de tropas reunido no Campo de Manobras de Tancos, que passaria a designar-se por Divisão de Instrução e que passou a ser uma escola preparatória e o campo experimental para o treino dos futuros expedicionários e da formação específica dos oficiais milicianos de todas as armas e serviços. Os exercícios de treino de combate só terminariam, em 10 de Agosto de 1916.

A necessidade de se receber notícias dos entes queridos na frente de batalha e, para estes, também do país natal, mesmo que para ambos se fizessem sentir os efeitos da censura postal militar foi ultrapassada pelas actividades prestadas pelo Serviço Postal de Campanha, que tinha sido criado, a 14 de Dezembro de 1912, quando da reestruturação e reorganização do Exército da República, mas que até à altura não tinha tido efectiva implementação. Apesar de ser um serviço pacífico em relação às operações do Exército, cabia-lhe apoiá-lo sempre que operasse em território nacional, fosse na Metrópole ou nas Colónias. Para a actuação no Teatro de Operações Europeu e atendendo ao estado de guerra em que se encontrava o País, houve a necessidade de reorganizar o Serviço Postal Militar para fazer a ligação com Portugal, ficando integrado no Corpo Expedicionário Português.



Regulamento para o Serviço de Campanha: instruções para o Serviço Postal, 1912, reedição de 1916 (Biblioteca, FPC)

Sábado 1 de Setembro de 1917

I Série — Número 148



DIÁRIO DO GOVERNO

Tudo o que for publicado, quer afora quer dentro do território do Reino de Portugal e das Ilhas, deve ser dirigido à Direcção-Geral da Imprensa Nacional, para ser publicado em todo o território nacional.		AGENCIAMENTO De 2 colunas 100 De 3 colunas 150 De 4 colunas 200 De 5 colunas 250 De 6 colunas 300 De 7 colunas 350 De 8 colunas 400 De 9 colunas 450 De 10 colunas 500 De 11 colunas 550 De 12 colunas 600 De 13 colunas 650 De 14 colunas 700 De 15 colunas 750 De 16 colunas 800 De 17 colunas 850 De 18 colunas 900 De 19 colunas 950 De 20 colunas 1000		O preço dos anúncios é de 200 réis por linha, por dia, sendo de 100 réis por linha por mês, devendo ser acrescentados aos respectivos importados da publicação de artigos de que se tratam e aos preços estabelecidos em regulamento.	
---	--	---	--	---	--

SUMÁRIO

Presidência do Ministério:

Decreto n.º 3:327, considerando mobilizado e fazendo parte do exército em campanha, sob a suprema autoridade do Ministro da Guerra, todo o pessoal dependente da Administração Geral dos Correios, Telégrafos, Telefones e Fiscalização das Indústrias Eléctricas.

PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO

Decreto n.º 3:327

Atendendo ao estado de guerra em que se encontra o país e à necessidade de manter no melhor funcionamento os serviços telegráfico-postais;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros e usando das faculdades que me conferem as leis n.ºs 373, de 2 de Setembro de 1915, e 491, de 12 de Março de 1916:

Hai por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É considerado mobilizado e fazendo parte do exército em campanha, sob a suprema autoridade do Ministro da Guerra, todo o pessoal dependente da Administração Geral dos Correios, Telégrafos, Telefones e Fiscalização das Indústrias Eléctricas.

Art. 2.º Todo o pessoal, a que se refere o artigo antecedente, fica sujeito às leis e regulamentos militares.

Art. 3.º A Administração Geral dos Correios e Telégrafos passa a funcionar junto do Ministro da Guerra.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 1 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—Afonso Costa—Arter R. de Almeida Ribeiro—Alexandre Braga—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Azevedo Padroso—Augusto Leite Vieira Soares—Herculano Jorge Gallardo—Ernesto Jardim de Vilhena—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães—Eduardo Alberto Lima Basto.

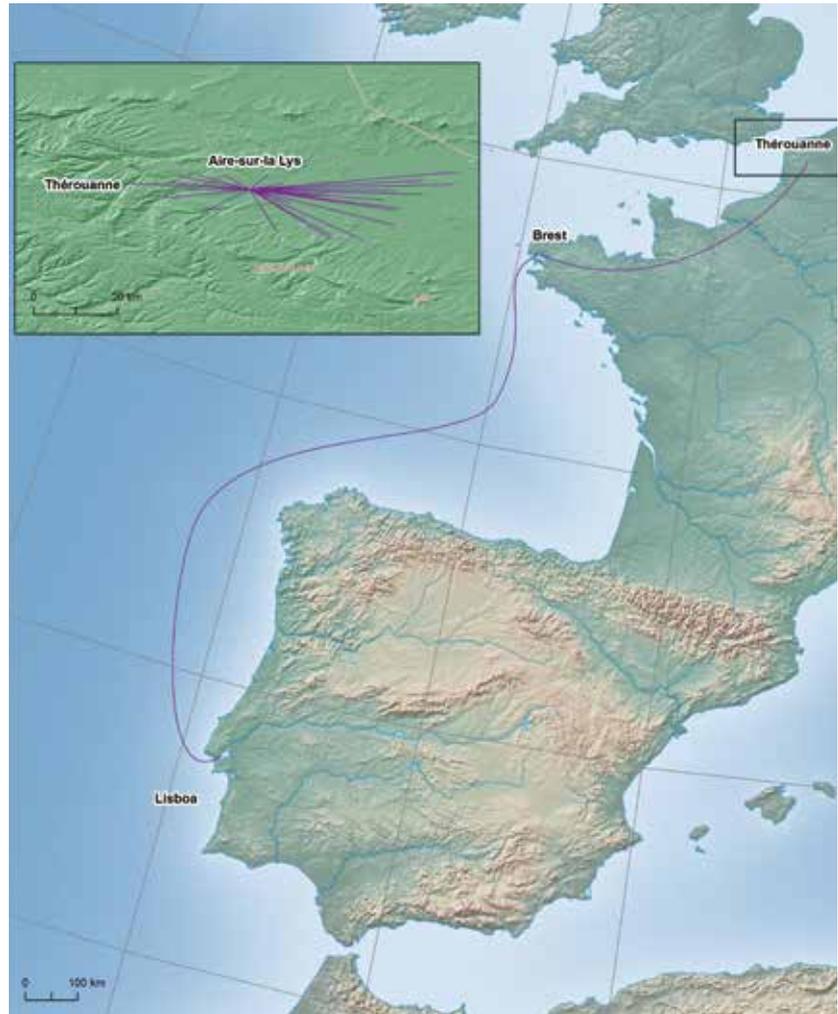
Decreto n.º 3:327 de 1 de Setembro de 1917, que considerava mobilizado e fazendo parte do exército em campanha (...) todo o pessoal dependente da AGCTT e Fiscalização das Indústrias Eléctricas.

Uma das preocupações do Exército foi assegurar a imprescindível troca de correspondência entre o campo de batalha e Portugal, vital para o sucesso das operações militares, que muito dependiam da manutenção do moral das tropas que também era alicerçada na recepção e envio de notícias vindas de casa e enviadas para a família.

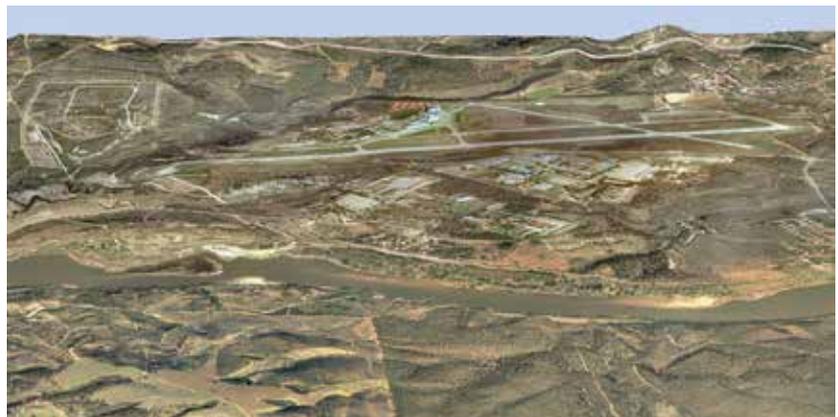
Antes de 1916, quando foi resolvida a participação de Portugal na Grande Guerra, não estava prevista a organização de um corpo de tropas expedicionárias, para actuar num país estrangeiro, sem ligação directa com o território Português. Pelo menos, no que respeita ao Serviço da Posta Militar, e segundo as Instruções para o serviço de campanha de 14 de Dezembro de 1912, previa-se apenas a organização de um serviço em ligação directa com a rede postal civil portuguesa.

Por este motivo e para organizar e estruturar o Serviço Postal de Campanha, o Conselho de Ministros recorre à militarização dos funcionários da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (AGCT) decretando que reunisse uma equipa técnica com experiência para ser mobilizada e encarregue de organizar e executar este serviço.

Foram recrutados 48 homens, todos voluntários, equipados a tenentes ou alferes consoante a sua categoria na AGCT, chefiados por Humberto da Cunha Serrão, graduado em capitão, aos quais se juntou uma equipa auxiliar de cerca de 100 militares, recrutados entre os sargentos e praças considerados como incapazes para o Serviço de 1.ª Linha e dos quais pouco se sabe.



De Lisboa para a Flandres: o percurso das tropas portuguesas (Mapa de fluxos sobre modelo digital de terreno).



Vista tridimensional da actual do Polígono Militar de Tancos – exatidão vertical do terreno de 1,5X.

PRIMEIRA MISSÃO. DIPLOMACIA E ADAPTAÇÃO

Os procedimentos para o SPC começaram a ser reformulados em 1916, aquando das manobras militares em Tancos, onde a equipa da AGCT se encontrava em formação e treino e teve o seu primeiro contacto com a organização e com os regulamentos militares, nomeadamente com as Instruções para o Serviço de Campanha de 14 de Dezembro de 1912.

Em face da formação e informação militar a que teve acesso a equipa concluiu ser necessário proceder à avaliação e adaptação do regulamento para o serviço postal

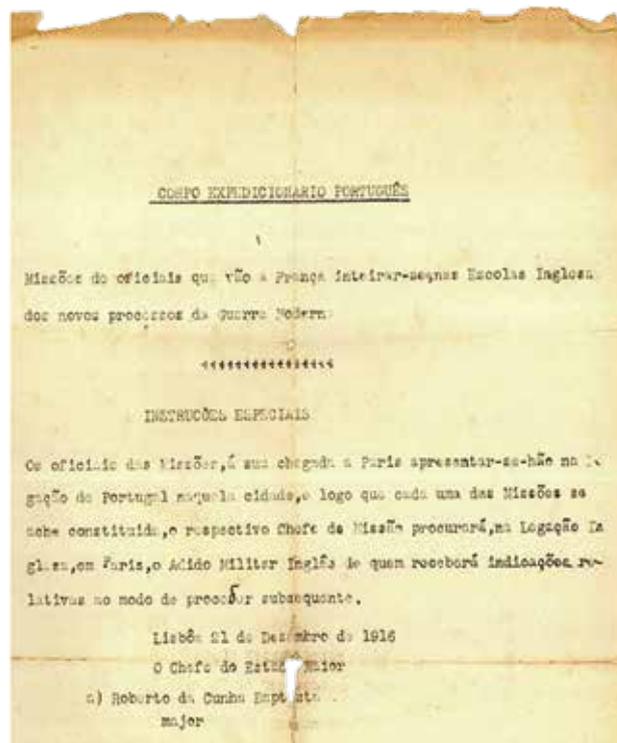
de campanha vigente, tendo em conta as circunstâncias específicas do teatro de operações na Flandres, pelo que em 06 de Janeiro de 1917 parte para a Flandres uma comissão de estudo e de preparação do serviço na zona de operações do Exército português.

Esta comissão de estudo acabou por também adquirir o material e utensílios técnicos que consideraram ser necessários para o cumprimento do serviço postal. Chegada a Paris a comissão de estudo, foi mandada apresentar em



Funcionários do SPC que seguiram para França em missão de estudo (Arquivo Histórico, FPC)

Em cima da esquerda para a direita: alferes José Vital Simões, alferes Rodolfo Le Retord, tenente José Dias Ferreira e alferes Manuel Tavares Grêlo. Sentados da esquerda para a direita: capitão António José Antunes, capitão Humberto Serrão e tenente Aníbal Lameiras.



Instruções especiais para a apresentação à chegada a Paris, 21 de Dezembro de 1916 (Arquivo Histórico, FPC)

Abbeville pelo Adido Militar Junto à Legação de Portugal, ao General Comandante da Linha de Comunicações Britânica que, por sua vez, a colocou em contacto com o Coronel Chefe do Serviço Postal Britânico British Army Post Service (BAPS.).

Os comandantes do Serviço Postal de Campanha foram: o capitão Humberto Serrão, de 29 de Dezembro de 1916 a 11 de Outubro de 1918 (comandante e organizador do serviço postal) e o capitão Moisés Feijão, de 12 de Outubro até à desmobilização do serviço em 1919 (comandante até à extinção do CEP).

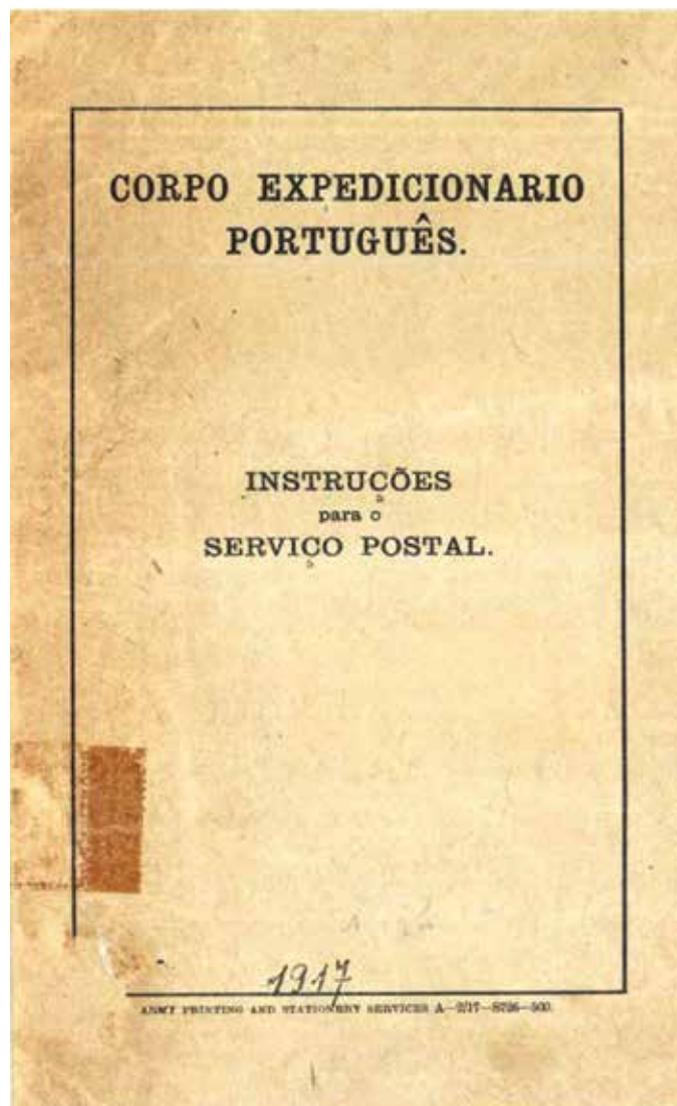
O Chefe do SPC do CEP dependia:

- Do Subchefe do Estado-maior do CEP, na organização do serviço dentro do CEP, bem como na disciplina;
- Do Inspector da zona norte do Exército Britânico, no respeitante à integração do SPC do CEP na rede geral do exército britânico. Para facilitar as relações entre o Chefe do SPC e o Inspector Britânico, existiu sempre junto daquele um agente de ligação inglês;
- Do Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, na parte técnica da execução do serviço e na ligação do SPC com a rede portuguesa na metrópole.

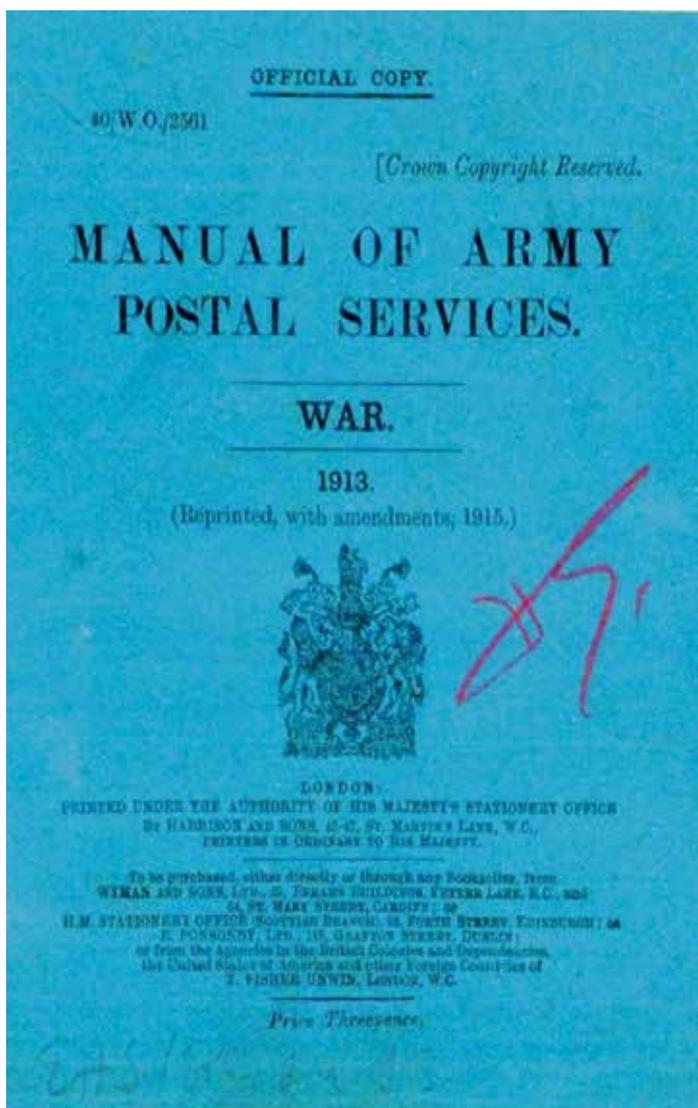
Do Chefe do SPC dependiam os serviços de:

- 1.ª linha: QG/CEP, Zona de Instrução e Repouso, 1.ª Divisão e 2.ª Divisão;
- 2.ª linha: Zona da Base.

O Serviço Postal deveria ser agora organizado de forma diferente e em articulação com o Serviço Postal do Exército Britânico, ficando a Estação Central da Base Postal, onde seria manuseada a correspondência e distribuída para



Instruções para o Serviço Postal, impressas pelo Army Printing and Stationery Services, [1917] (Biblioteca, FPC)



Manual of Army Postal Services, 1913, reimpresso com alterações em 1915 (Biblioteca, FPC)

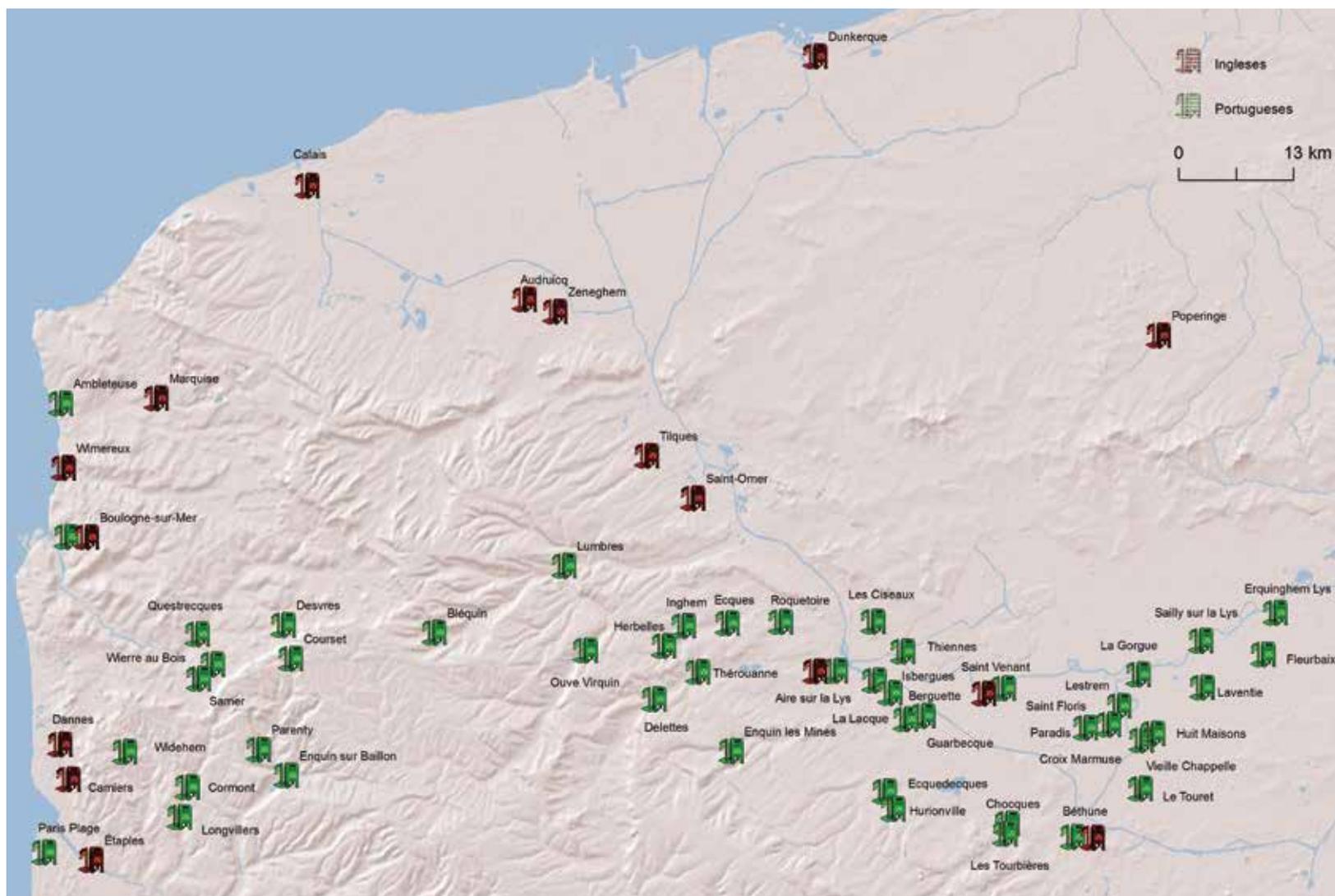
Portugal, para Boulogne-sur-Mér, junto à Estação Postal Britânica.

Para que o Serviço Postal de Campanha melhor pudesse actuar na Flandres, longe do território nacional e em perfeita articulação com a Posta Militar Britânica, as regras do Serviço Postal Português foram articuladas com as do Exército Britânico e em Março de 1917, foram publicadas novas Instruções para o SPC/CEP e estabelecidos vários acordos para o funcionamento deste serviço:

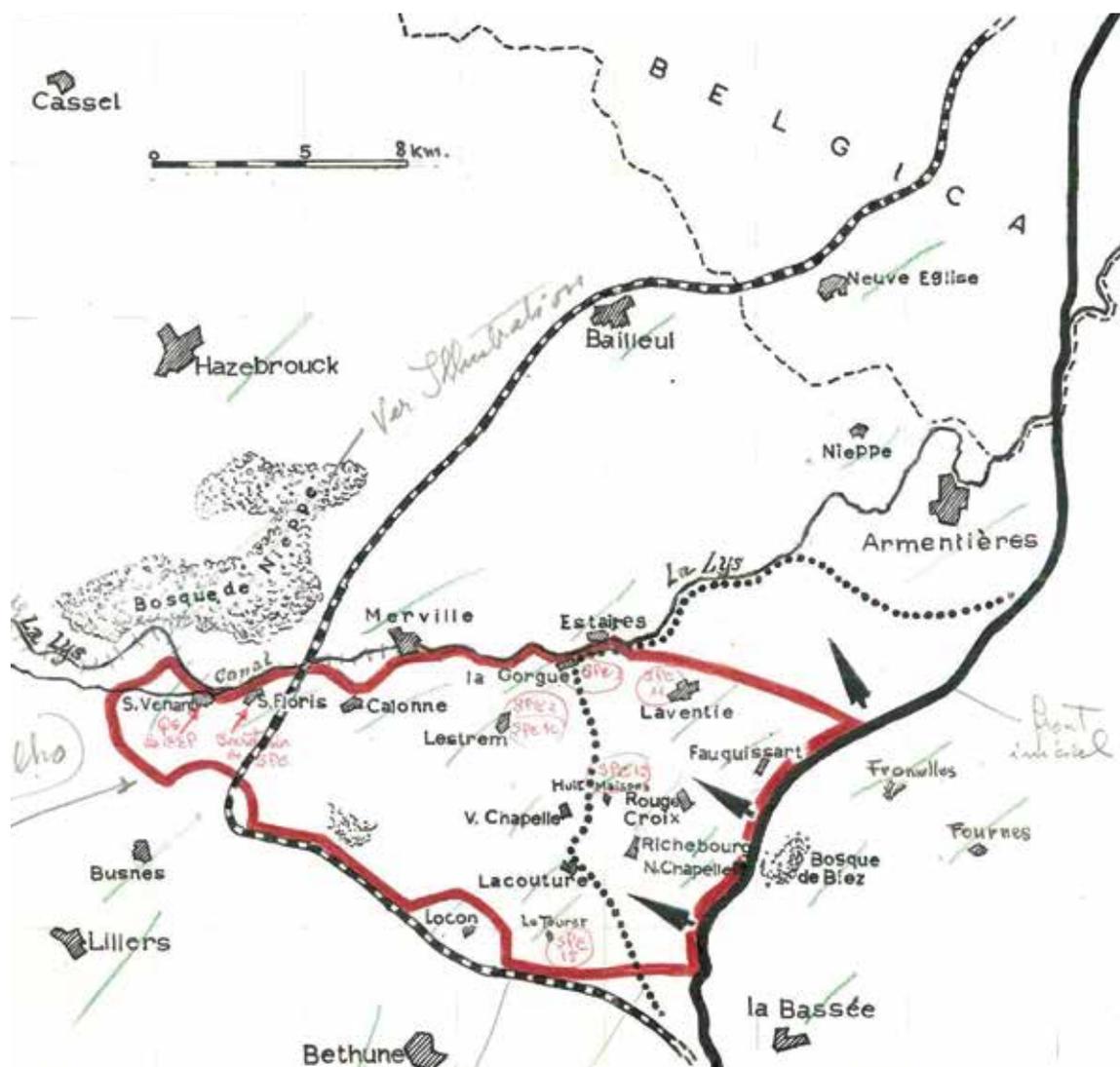
- Com a *Administração dos Correios da República Francesa* – para a permuta directa de malas de correspondência com a Estação Central dos Correios de Lisboa e do Porto;
- Com a *Companhia de Ferro do Norte de França* – para a permuta de encomendas. Esta só se verificou de Portugal para França, dado que a Administração dos Correios Portugueses não autorizou o movimento inverso;
- Com o *Bureau Central Militaire* – para a correspondência expedida pelo Corpo Expedicionário Português em França, para os países neutros e para o exército francês;
- Com o *British Army Postal Service* – para as relações directas entre o Serviço Português e o Britânico.

As relações entre o Serviço Postal de Campanha e a Posta Militar Britânica foram, naturalmente, muito frequentes.

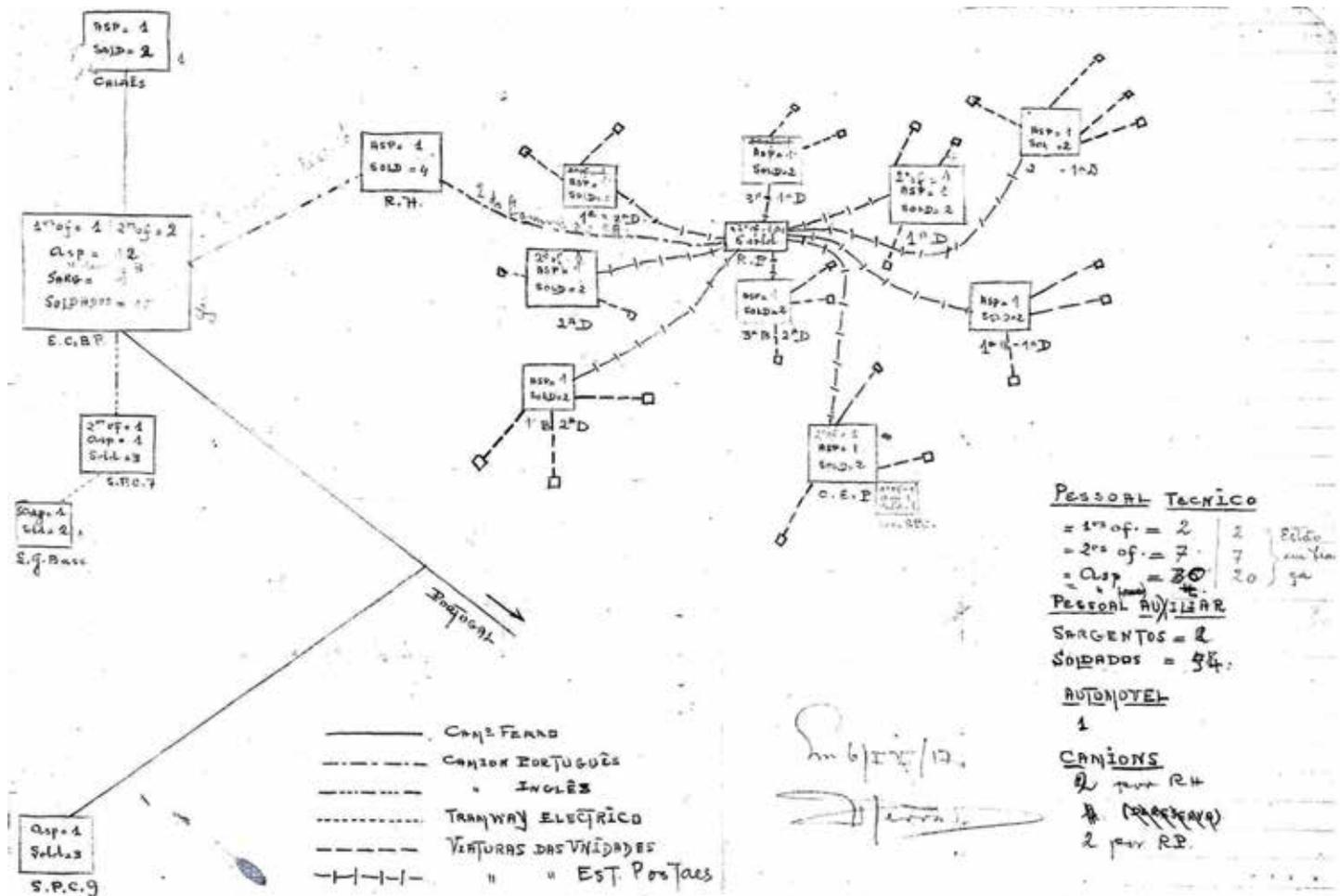
As estações britânicas com que o S.P.C. permutou correspondência, foram em número de 75, aproximadamente, especializando-se pela intensidade de serviço, os A.P.O. 41, 47, 48, 51, 53 e 58, as quais serviram as unidades do Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro, que estiveram quase permanentemente destacadas no Exército Britânico. (SERRÃO e FEIJÃO, 1920).



Localização das estações postais britânicas, geocodificação com base em listagem do Diário de Humberto Serrão, 1917. Visualização sobre relevo sombreado (*hillshade*).



Mapa da região entre St. Venant, Estaires e La Bassée com indicações manuscritas da localização das estações postais (Biblioteca, FPC).



Esquema da rede postal do CEP, 06 de Abril de 1917 (AHM)

Já em campanha o SPC recebe da Posta Militar Britânica um valioso apoio: a disponibilização de todas as carreiras de condução de malas da extensa rede inglesa.

Os meios de transporte então utilizados foram: por via férrea, por camião, com recurso a viaturas hipomóveis de 4 rodas (carros de esquadrão) e na falta desses meios a viaturas de duas rodas (carros de companhia), como frequentemente referidas nos relatórios de Humberto Serrão e na correspondência da equipa: ...Viaturas de duas rodas, de pequena capacidade, pintadas de vermelho vivo,

tiradas por duas parelhas e encimadas pela bandeira distintiva do serviço postal. (SERRÃO E FEIJÃO, 1920)

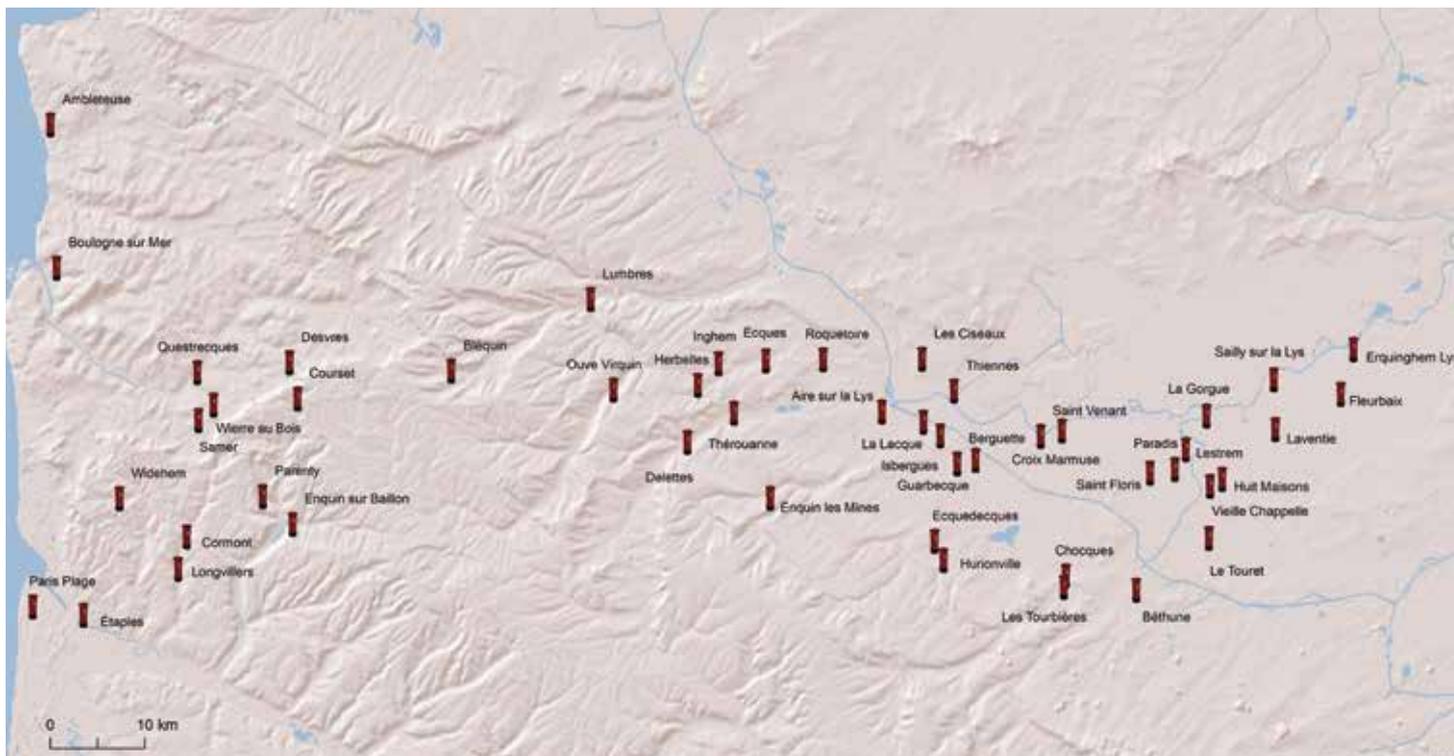
Em carta a um amigo, Serrão desabafa: *Se me quero deslocar para fiscalizar as estações que se acham espalhadas desde o front até à Base, ou me aconselham a perder dois dias em comboio, OU TENHO DE IMPLORAR a qualquer que deixe um dia de fazer a sua viagem habitual ao Aire, ou ainda me fornecessem uma canaster[?] que não deixa 5 rodas no caminho porque só tem 4,* (Arquivo Histórico, FPC).

O SERVIÇO POSTAL DE CAMPANHA EM PLENO FUNCIONAMENTO

As Estações Postais mantiveram-se sempre muito próximas dos acantonamentos das unidades do CEP o que implicou uma intensa movimentação. Houve algumas que mudaram de localização dezenas de vezes, numa área que variou entre 11 a 18 quilómetros, tendo por base os 86 esboços da rede desenhados pela equipa técnica do SPC. As estações

localizaram-se na região à volta do Aire e ao longo da frente de batalha, entre Armentières e Lens e de Merville a Béthune.

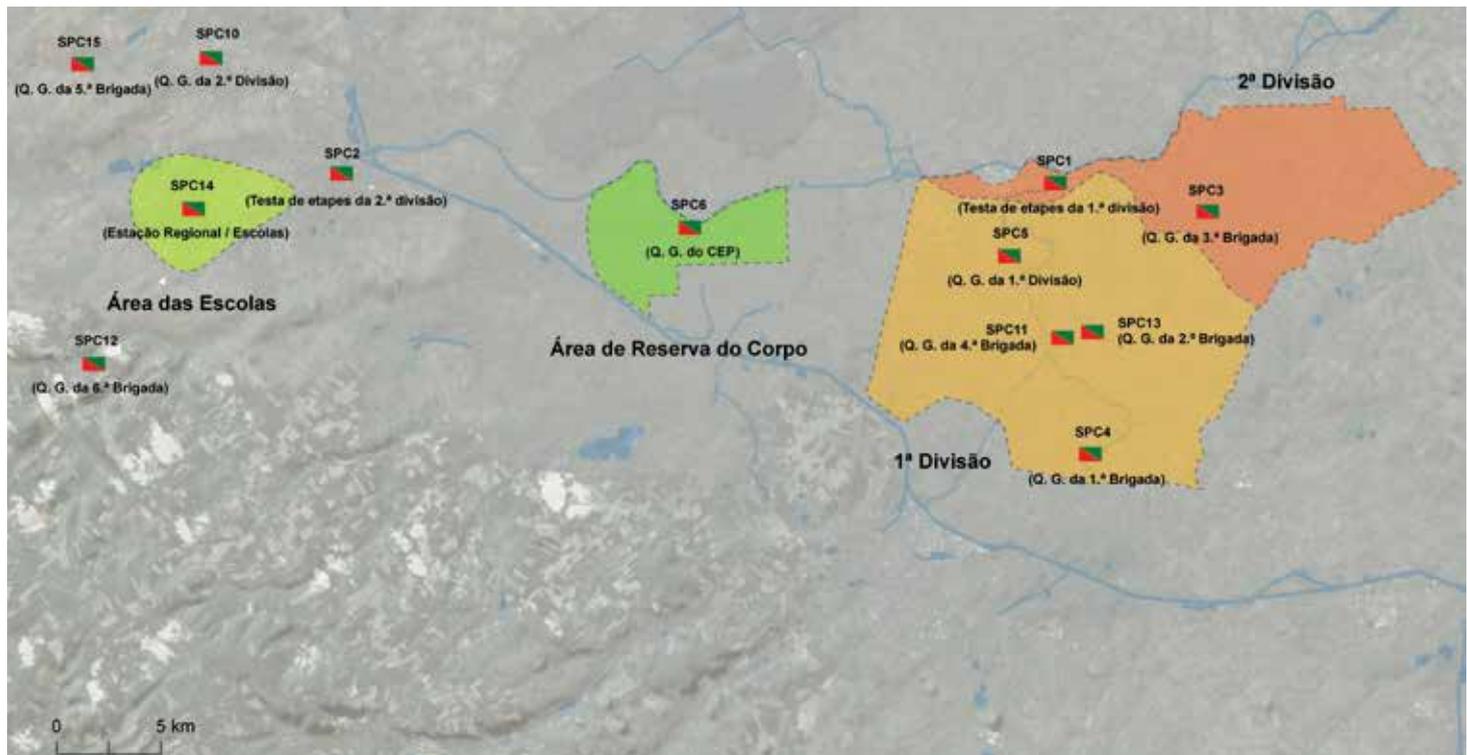
Devido à intensa movimentação das unidades militares do CEP e da movimentação dos oficiais e praças de uma para outra unidade, havia troca diária de correspondência



Mapa da situação das tropas portuguesas entre 11 e 20 de Dezembro de 1917 (AHM) – Georreferenciado e visualizado em transparência sobre modelo digital do terreno.

entre estações postais. As malas eram abertas em todos os SPC, onde se manipulava a correspondência e encomendas, que depois eram entregues às ordenanças postais das diferentes unidades, que compareciam diariamente na estação postal que lhes era atribuída e faziam chegar o correio à unidade.

Em cada unidade havia um encarregado do serviço postal, responsável pela entrega da correspondência aos destinatários e pela reexpedição da correspondência e encomendas após serem submetidas à censura local.



Estações postais das divisões e áreas de apoio do CEP em 06-09-1917, obtidas com base em esquemas da rede postal e relatórios do SPC (FPC e AHM), 1917-1919, visualizadas sobre modelo digital do terreno e ortocartografia actual.

FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL E CENSURA

As circunstâncias especiais em que se desempenhava o serviço postal, com deslocações diárias das unidades e muito frequentes das estações, que implicavam a modificação da forma da rede do SPC, exigiam uma fiscalização permanente, de modo a manter, quanto possível, a unidade de métodos de trabalho e a reparação de irregularidades. Além disso, as ordenanças e encarregados do serviço postal das unidades, não possuindo instruções técnicas e não tendo, na maioria, cuidados especiais com o serviço a seu cargo, exigiam uma vigilância contínua, mesmo para discriminação entre as responsabilidades próprias e as do serviço interno do SPC.

Foi pois, estabelecida a fiscalização do serviço, nas seguintes bases:

- A fiscalização do serviço postal das unidades e formação do CEP era feita, periodicamente, pelo Chefe do Serviço respectivo ou por um seu delegado; e consistia no exame de toda a escrituração e na averiguação sobre se eram observadas as disposições regulamentares, bem como na instrução das ordenanças e respectivos encarregados;
- A inspeção das estações postais era feita uma vês por semana, na 1.ª linha, e uma vês por mês, na Base, pelos respectivos Chefes de Serviço; e consistia na verificação de toda a escrituração, quer do serviço interno quer das relações com as unidades;



Correio do CEP encaminhado pelo Serviço Postal Inglês (Army Post Office).

Dupla censura Portuguesa e Inglesa. Coleção Eduardo e Luís Barreiros



Lisboa, 20 de Setembro de 1917, postal sem franquia enviado pela filha de José Mestre Ramos Júnior, Tenente Equiparado. Esteve destacado no SPC10.

Carimbo a violeta da Estação Central dos Correios de Lisboa/ Serviços de Fiscalização que confirmaram a isenção de franquia. Coleção Eduardo e Luís Barreiros

Notas diversas

Carimbos de censura

1		31	Inf 14	61	Ambr 7
2		32	- 12	62	- 8
3	Base	33	- 3	63	- 9
4		34	Q.G.B.O.	64	G.H.3.
5		35		65	- 4
6	Q.G.O. 2º E	36	Q.G. 1º D	66	4º B.2
7	Inf 8	37	Q.G. B.D.	67	5º -
8	- 3	38	Ambr 3	68	Dep. corr.
9	1º B.I.	39	- 4	69	6º B.I.
10	G.E.	40	- 5	70	Inf 2
11	1º S. B.M.	41	C.H.1.	71	- 4
12		42	- 2	72	- 5
13	Inf 7	43	Inf 1	73	- 11
14	- 15	44	C.A.	74	- 12
15	- 22	45	C.P.	75	- 18
16	- 21	46	1º C.S.M.	76	5º G.B.M.
17	- 34	47	2º G.M.	77	6º -
18	Ambr 1	48	Inf 21	78	3º CEM
19	2º B.I.	49	- 10	79	4º -
20	Inf 28	50	- 20	80	S.P. Mun.
21	- 24	51	- 13	81	C.M. - 1º - 1º E
22	- 23	52	1º B. Dep.	82	- - 2º E
23	- 35	53	2º - -	83	- 2º D 1º E
24	2º G.B.M.	54	2º CEM	84	- - 2º E
25	D. M. B.	55	D. M. B.	85	B. Min.
26	4º G.B.M.	56	Q.G. 2º D	86	
27	Ambr 2	57	C.A.T.F.	87	
28	1º G.M.	58	D.R.	88	
29	3º G. B.M.	59	Q.G.C. 1º E	89	
30	3º B.I.	60	Ambr 6	90	
				91	3º G.M.

Página do diário de Humberto Serrão, 1917. Com indicação dos 91 carimbos de censura em utilização nas unidades militares. (Arquivo Histórico, FPC).

- A escrituração de todas as estações devia ser cuidadosamente examinada na Secção de Refugos e Reclamações da Base Postal, a qual comunicaria ao Chefe do SPC do CEP todas as irregularidades;
- Os Chefes de Serviço da Base e das Divisões eram fiscalizadas pelo Chefe do SPC do CEP, que também tinha o direito de inspeccionar qualquer estação;
- O serviço do Chefe do SPC do CEP seria inspeccionado por quem o Estado-Maior do CEP e a Administração Geral dos Correios e Telégrafos determinassem;
- De cada inspecção deveria fazer-se um relatório sucinto.

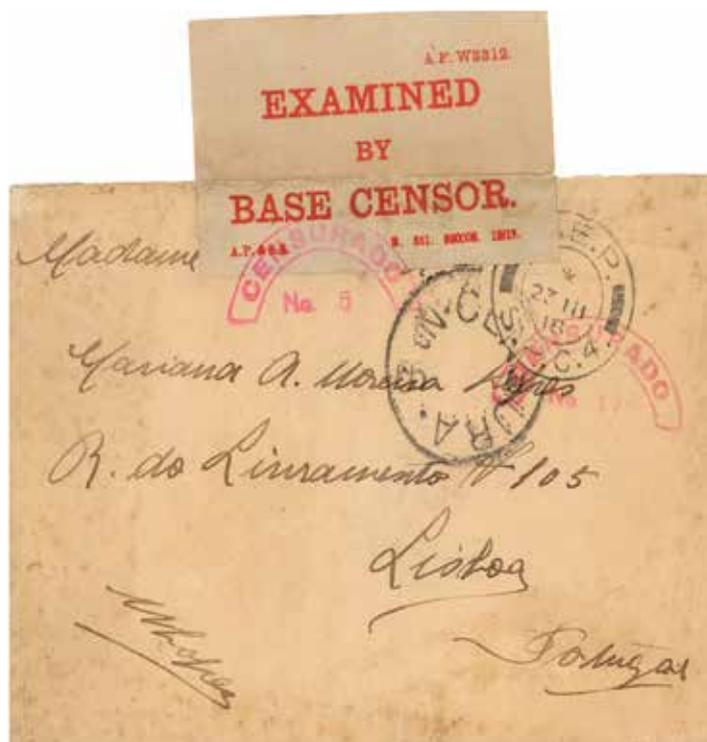
Eram estes os preceitos, e não foram completamente postos em prática porque os meios de transporte para o SPC não abundaram, apesar de insistentemente pedidos.

Em todas as operações militares o segredo é uma das mais importantes vertentes para o sucesso de qualquer operação. Na Flandres passou-se o mesmo. A correspondência dos militares, transportada pelo SPC, teve que ser censurada para que através dela não fossem passadas notícias com informações importantes para o inimigo.

Apesar de estranho ao SPC, o Serviço de Censura impôs novas instruções a que o regulamento postal teve que se adaptar. *As dificuldades de organização e de execução do serviço*

foram inúmeras: enquanto a Administração Geral pretendia que eu cumprisse estritamente os regulamentos do tempo de paz, as exigências militares obrigavam-me a passar por sobre diversas disposições legais, principalmente por motivos imperiosos da censura militar (SERRÃO, 1948, p. 28).

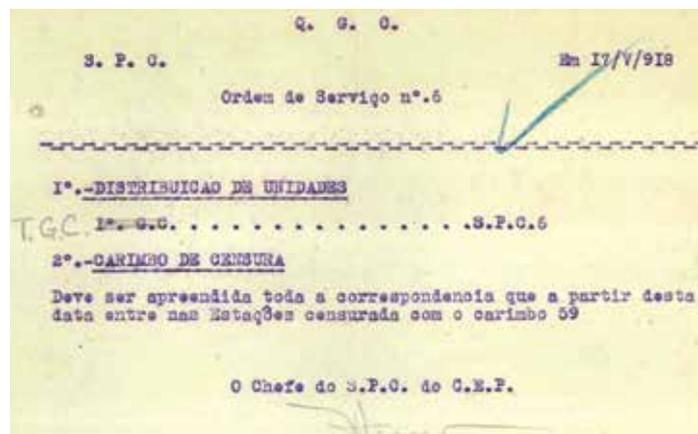
Em 1916 foi profícua a publicação de legislação relativa à Censura, assuntos a censurar, nomeação e gratificações de censores, línguas e carimbos utilizados, etc., com reflexos nas ordens de serviço e circulares militares. De acordo com o Decreto n.º 2.352 de 20 de Abril de 1916, a correspondência postal tinha que passar pelo crivo da fiscalização e censura.



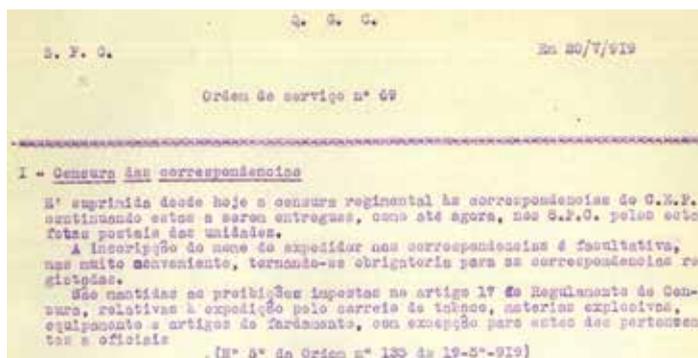
Cinta de censura, modelo Inglês utilizada pelo S.P.C. do C.E.P. Coleção Eduardo e Luís Barreiros.

A Orgânica do Serviço de Censura era pesada como desabafa Pedro de Freitas: *As cartas, pobres delas! a sua maioria era feitas por mãos desajeitadas que lhes davam verdadeiros tratos de polé; seguidamente passavam às mãos do oficial ou do comandante de companhia, depois para a base onde novamente poderiam ser abertas e censuradas, – estação telégrafo-postal; e quando chegavam a destino... se elas falassem... muito teriam que contar* (FREITAS, 1935, p. 307).

Considerada um rude golpe à liberdade de expressão por impedir os cidadãos, de um país livre, de saber o que se passava na frente de Batalha, a censura, que pretendia esconder informação às forças contrárias e seleccionar, para



Ordem de Serviço n.º 6 (Arquivo Histórico, FPC)



Ordem de Serviço a suprimir a censura (Arquivo Histórico, FPC)

não comprometer o moral, a informação a transmitir às tropas portuguesas na frente, desencadeou ódios e intensa polémica.

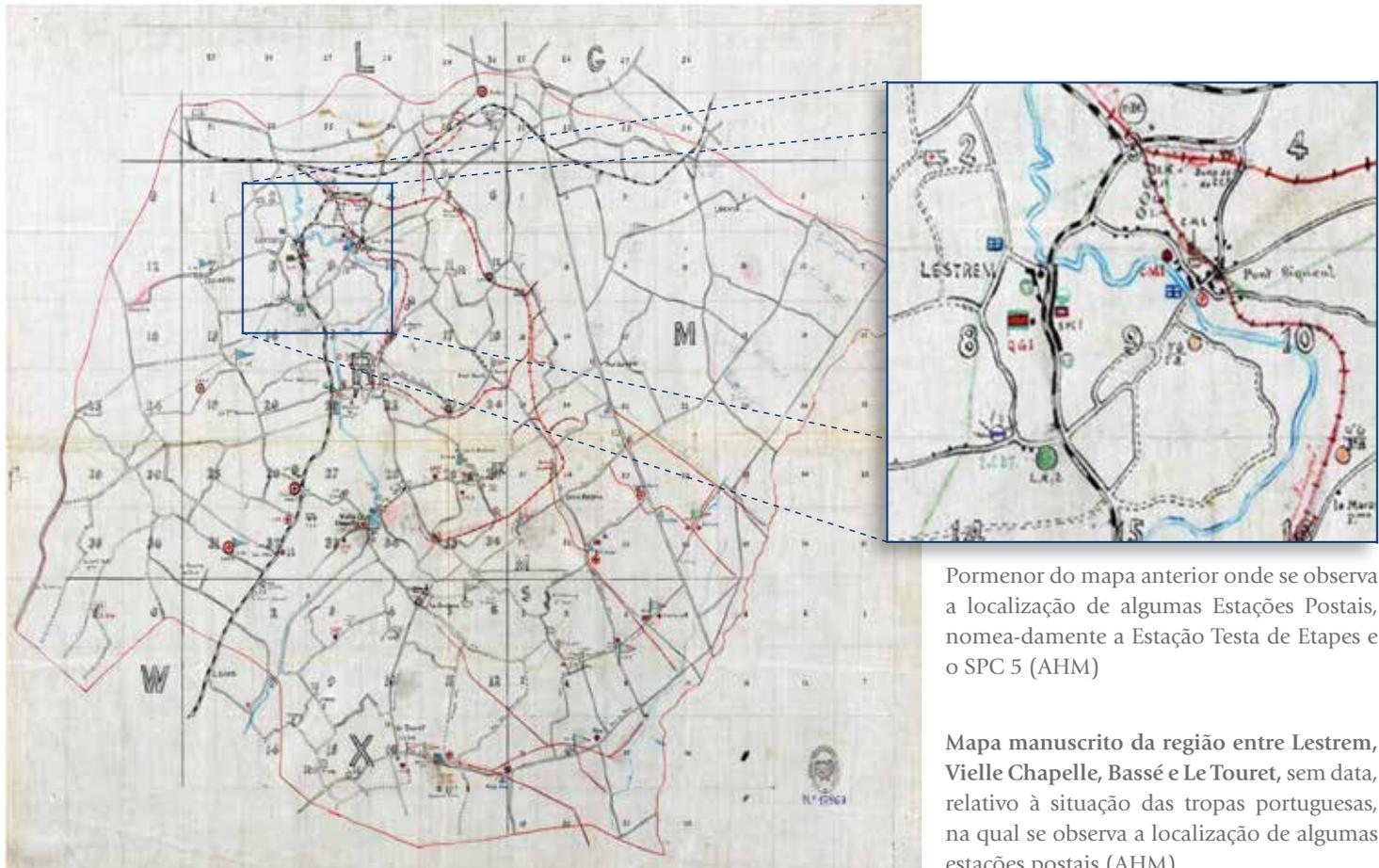
Apesar do risco de punição alguns aventuraram-se, utilizando códigos, cifras ou através da taquigrafia, proibidos no regulamento da Censura, a relatar as agruras da guerra e a pedir bens de primeira necessidade, roupa, dinheiro, alimentos e medicamentos.

A correspondência do CEP era censurada na unidade ou formação do remetente, pelo comandante da unidade ou equivalente. Se não contivesse matéria censurável era

rubricada e entregue, aberta, ao oficial responsável pelo carimbo da unidade, com a marca "CENSURADO" e respectivo número que identificava a unidade, que fechava e carimbava o sobrescrito, preferencialmente, no canto superior esquerdo.

Chegada à Base de Operações a correspondência poderia, se solicitado pela referida Comissão de Censura, ser reaberta e examinada pelos oficiais censores, voltando a ser fechada com uma etiqueta onde se lia "Aberto pela Censura".

O Serviço de Censura regimental cessou, na Flandres, em 20 de Maio de 1919, conforme ordem de serviço n.º 69.



Pormenor do mapa anterior onde se observa a localização de algumas Estações Postais, nomeadamente a Estação Testa de Etapes e o SPC 5 (AHM)

Mapa manuscrito da região entre Lestrem, Vielle Chapelle, Bassé e Le Touret, sem data, relativo à situação das tropas portuguesas, na qual se observa a localização de algumas estações postais (AHM)

ENTRE A RETAGUARDA E A FRENTE DE BATALHA

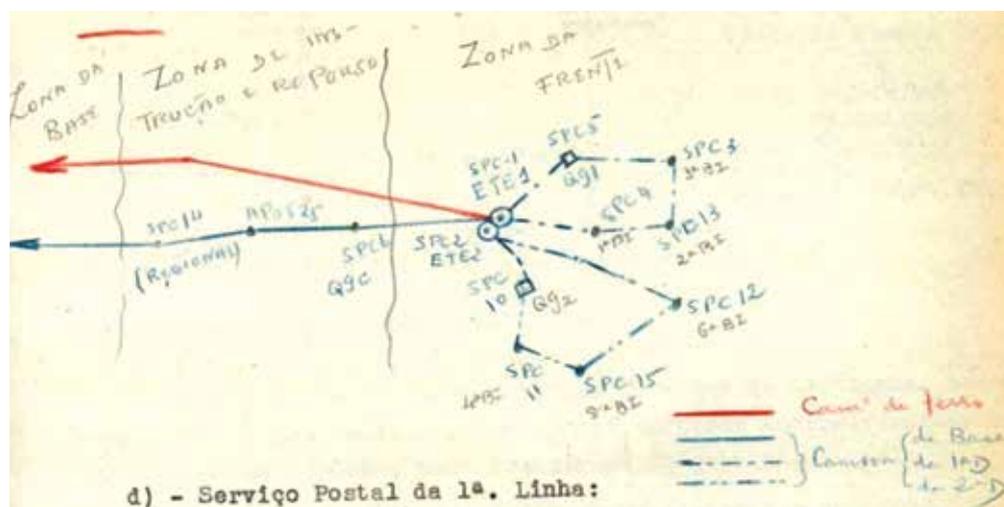
A reorganização do Corpo Expedicionário Português implicou assegurar o trânsito de malas entre a Estação Base e as Estações Postais das Divisões e das respectivas Brigadas, surgem assim duas novas Estações Testas de Etapas.

Estas estações que, no início, apenas tinham que “dar trânsito” às malas fechadas que vinham da Estação Base para as Estações das unidades militares, algum tempo depois, por força das circunstâncias, passaram a abrir e a distribuir a correspondência de acordo com a localização das unidades.

Só a correspondência registada continuou a ser enviada directamente da Estação Central da Base Postal para as Estações para não complicar a escrituração das Estações Testas de Etapas.

As malas de correspondência ordinária, vinda das unidades, sujeita a censura na Base, eram remetidas directamente das Estações Postais para a Estação Central da Base Postal.

A rede manteve-se em pleno funcionamento de 21 de Julho de 1917 até 9 de Abril de 1918, data da grande ofensiva alemã.



Esquema da circulação da correspondência operada pelo Serviço Postal da 1.ª Linha, desde a Zona de Base, passando pela Zona de Instrução e Repouso até à Zona da Frente, com a indicação dos percursos de comboio e camião entre estas e ainda, na frente, nos sectores das divisões até aos sectores dos batalhões.



Desenho a carvão, (Bernardo Cardoso, 2015)

9 DE ABRIL DE 1918

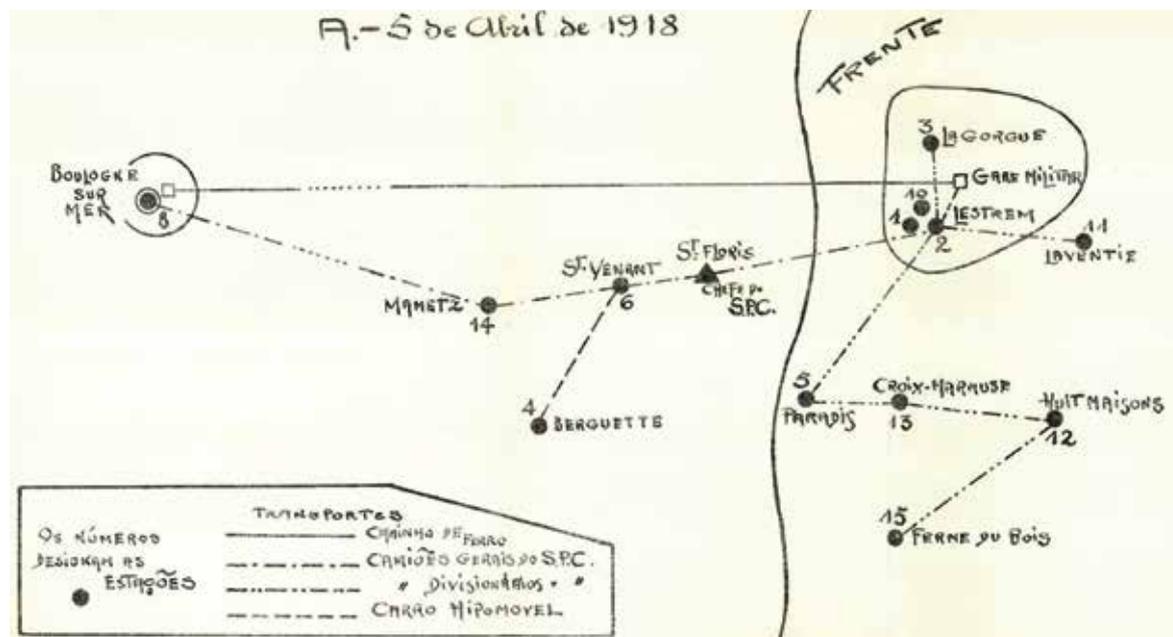
A Batalha de La Lys, travada a 9 de Abril de 1918, marcou de modo permanente quer o Exército quer a Nação.

O sector ocupado durante o Outono e o Inverno tinha sido uma área pouco activa.

Era terreno alagadiço em época chuvosa, não sendo considerado propício para um ataque de grande escala. Contudo nos primeiros meses de 1918 havia-se verificado a redução da pluviosidade que facilitava a hipótese de um grande ataque alemão a um exército desgastado pelas dificuldades operacionais provocadas pelo clima, pelas características do terreno, pelo tipo de guerra, pelo cansaço e abatimento moral por falta de rotação e excessiva perma-

nência na frente, elevada falta de efectivos orgânicos e a alteração do dispositivo em que a Divisão portuguesa na frente ficava na junção de dois exércitos ingleses, situação ingrata para quem estava na defensiva.

Em 6 de Abril de 1918, a 2.^a divisão portuguesa passou a estar na dependência do XI Corpo de Exército inglês, cujo comandante, após ver o estado das tropas portuguesas aconselhou de imediato a sua substituição por uma Divisão Britânica, que ficaria marcada para a noite de 9 para 10 de Abril. Mas o desencadeamento do ataque alemão, na manhã de 9 de Abril, acabou por impedir a rendição da Divisão portuguesa e a sua transferência para a retaguarda.



Esquema de localização das Estações Postais antes da ofensiva alemã, em La Lys (Arquivo Histórico, FPC)

No final do dia 9, a 2.^a Divisão portuguesa tinha recuado na quase totalidade, deixando apenas alguns focos de resistência, em cooperação com as forças britânicas. Tal situação deixou no terreno 398 mortos tendo 6585 praças sido feitos prisioneiros. Os efectivos tinham sido concentrados mais à retaguarda o que implicou também readaptações do seu dispositivo e por inerência no próprio dispositivo do Serviço Postal de Campanha.

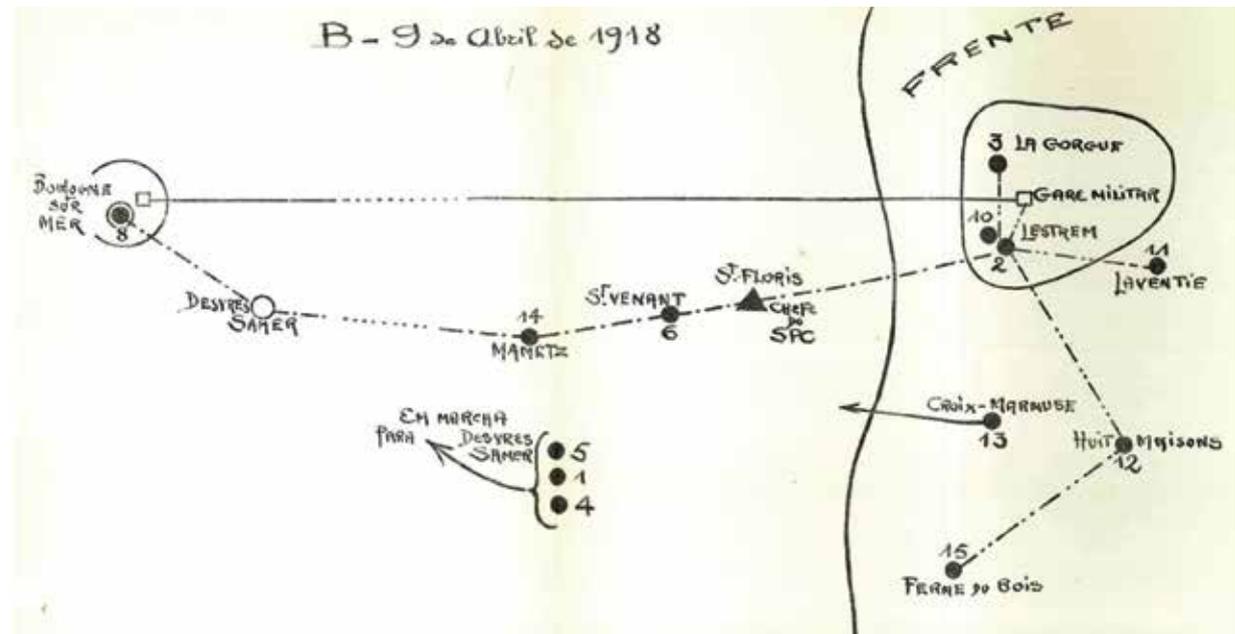
O Chefe do SPC, Humberto Serrão estava em Paris, regressa e dirige-se para Desvres e daí para a zona do dispositivo português. Chegado a Mametz é impossibilitado de prosseguir. Regressa a Desvres e é informado que a equipa tinha sido obrigada a abandonar as estações, que todos, com excepção de Augusto Fachada e dois estafetas feitos prisioneiros, tinham sido retirados e que as perdas de material eram apreciáveis.

No rescaldo...da Batalha as estações:

SPC 1, 4 e 5 — Tinham recebido ordem de retirada para a retaguarda, encontravam-se em marcha para Desvres – Sem perdas.

SPC 2 (estação de troca entre a 2.^o divisão, a retaguarda e a estação central em Boulogne-Sur-Mer) — Alferes equiparado Joaquim de Oliveira Costa salvou as malas normais, o cofre com selos, carimbos e documentos importantes – perderam todo o material, 30 malas de correspondência e 200 sacos de encomendas postais.

SPC 3 — Alferes equiparado Filinto Martins Torres, chegou a pé a Enquin-sur-Baillon, passados 3 dias – perda total.



Esquema de localização das Estações Postais durante a ofensiva alemã, em La Lys (Arquivo Histórico, FPC)

SPC 10 — Tenente equiparado Balduino da Matta, relata ter pedido transporte ao QG, por ter desaparecido o camião do SPC da 2.^a Divisão, sem ter tido resposta nada lhe foi possível salvar da sua estação. Chegou sozinho a Longvillers – perda total.

SPC 11 — O chefe Manoel Lopes, escondeu-se num abrigo em Laventie, sem comunicação com os superiores, deslocou-se a pé até Samer onde chegou três dias depois – perda total.

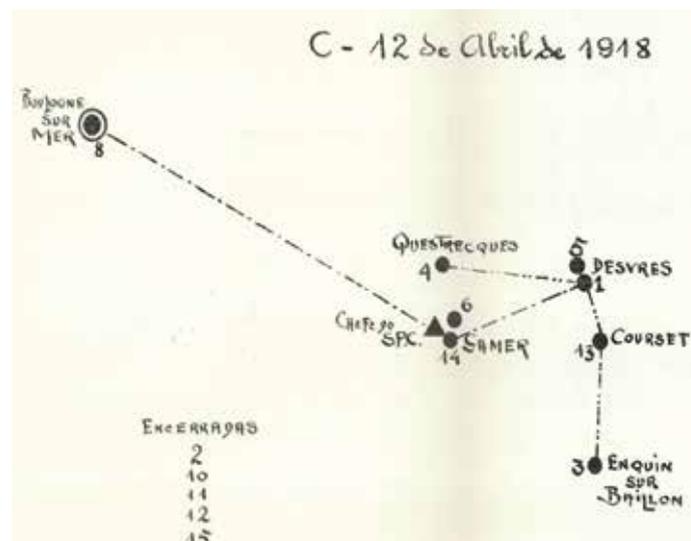
SPC 12 — Chefe da Estação Alferes equiparado, João Augusto Fachada e os estafetas Augusto Cordeiro e Edmundo Pinto foram feitos prisioneiros – perdeu-se todo o material, arquivo e correspondência.

SPC 13 — Estacionados, desde 5 de Abril, em Croix-Marmuse, isolados da 2.^a Brigada, por falta de transporte e sem comer desde o dia 06. Na hora do ataque conta José Vital Simões que lhe apareceram três camiões que ele aproveitou para se retirar – sem perdas.

SPC 15 — Chefe da estação, Alferes equiparado Carlos Alberto Freire salvou 97 francos de selos de franquia e uma carta registada. Prestou auxílio ao Capitão da Administração Militar Velinho Correia para salvar 100.00 francos da Fazenda Nacional, tendo sido louvado por isso.



Desenho de Eduardo Serrão (Arquivo Histórico, FPC)



Esquema de localização das Estações Postais após a ofensiva alemã, em La Lys (Arquivo Histórico, FPC)

O SERVIÇO PÕE CUSPO

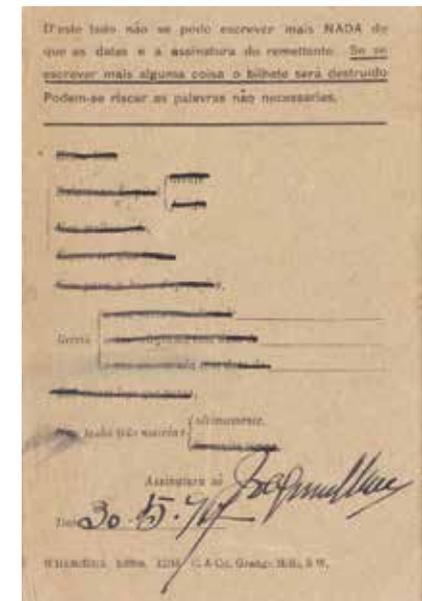
Na cartilha de abreviaturas relativas ao CEP o Serviço Postal de Campanha é apelidado com alguma graça de *Serviço Põe Cuspo*.

Na venda de selos foi a franquia de 5 centavos a mais procurada, por ser a utilizada na correspondência registada, conforme consta da estatística elaborada por Humberto Serrão e Moisés Feijão.

Os valores obtidos com a venda de selos e outras fórmulas de franquia poderia ter sido maior não fosse o atraso na sua disponibilização ao SPC.

Relativamente às marcas de dia utilizadas pelo SPC, com excepção da marca levada para a Flandres pelos funcionários da Missão de Reconhecimento, as marcas de dia utilizadas pelo Serviço Postal de Campanha, diferenciaram-se das utilizadas em Portugal: por em *logar de conterem rodas de tipos, eram do sistema de componedor, vulgarmente em uso na França e na Inglaterra*. (SERRÃO E FEIJÃO, 1920)

Foram adquiridas 60 marcas à empresa Wright & Son, à semelhança das utilizadas pelo Exército Britânico, duas para cada SPC e oito para o SPC 8 (Estação Central Base Postal).



Inteiro Postal remetido em 30 de Maio de 1917 do S.P.C. 9 para o Presidente da República Bernardino Machado. Colecção Eduardo e Luís Barreiros

Em termos morfológicos eram batidas a preto, de duplo círculo, com barras laterais, com a legenda: CEP/data/SPC a que acrescia o número, atribuído à Estação Postal (de 1 a 27), apresentando pequenas diferenças de carimbo para carimbo. Não foram utilizadas as marcas n.º 23, 24, 25, 26 e 27.

Apesar de estar previsto que o número do SPC pudesse ser alterado, só aconteceu para as estações 3, 10 e 11 que perderam todo o material na batalha de La Lys tendo que lhes ser atribuídos novos carimbos com os números 17, 18 e 19.

As estações eram designadas por números constituindo segredo a formação militar que correspondia a cada número. Ainda como precaução as marcas de dia deviam ser trocadas de tempos a tempos, de modo a diminuir a probabilidade de ser, pelo número do SPC, identificada a formação a que a estação estava adstrita (SERRÃO, 1942).



Etiqueta existente na tampa do estojo original, de madeira, onde se guardava as marcas e os algarismos romanos e árabes que servia para compor manualmente a marca de dia nos SPC (Área de Património – FPC).



S.P.C. 17, 18 e 19 utilizados após a Batalha de La Lys.
Coleção Eduardo e Luís Barreiros

As estações eram designadas por números constituindo sêgredo a formação militar que correspondia a cada número. Ainda como precaução as marcas de dia deviam ser trocadas de tempos a tempos, de modo a diminuir a probabilidade de ser, pelo número do SPC, identificada a formação a que a estação estava adstrita. (SERRÃO, 1942)



1.ª Marca de dia utilizada pelo CEP em França durante o período de Janeiro a Março de 1917. Este postal foi remetido de Boulogne-sur-Mer em 11 de Janeiro de 1917, por Moisés Feijão, vice-chefe do Serviço Postal de Campanha do CEP, logo após a sua chegada a França. No canto superior direito as iniciais F.M. de “Franchise Militaire” correio militar isento de franquia. Depois de uma viagem muito acidentada encontro-me finalmente em porto seguro. Colecção Eduardo e Luís Barreiros

Apesar de só ter sido autorizada a isenção de franquia às correspondências ordinárias expedidas pelo Corpo Expedicionário Português para Portugal, uma grande quantidade de cartas não franqueadas chegou a França e por decisão de Humberto Serrão foram entregues aos destinatários.



Carta não franquiada, enviada de Peso da Régua, em 28 de Agosto de 1917, para soldado do CEP em França. Aplicada a letra T indicativa de carta a portear no destino, visto que a correspondência enviada de Portugal para França não era isenta de franquia. Esta carta não foi porteada. Colecção Eduardo e Luís Barreiros



Bilhete-postal, Tipo Ceres de 1 ctvs., sem elementos postais no verso, remetido para Humberto Serrão na Flandres, C.E.P / 31 V 17 / SPC 8 e carimbo de censura com n.º ilegível. Colecção Acácio Luz



Uniforme do S.P.C. – Réplica
(Museu Militar de Lisboa)



Divisor de Correspondências de Campanha, constituído por 18 cacifos,
utilizado pelo SPC (Património Museológico da FPC)



Tabuleta "S.P.C.6", relativa ao Serviço Postal de Campanha
(Património Museológico, FPC)



As duas faces de Carta isenta de franquia, registada, franquizada com selo de 5 centavos tipo "Ceres" destinado ao pagamento do prémio do registo, enviada em 8 de Maio de 1918 do S.P.C. 8, Estação Central da Base Postal, em Boulogne-Sur-Mer, para Paris. Cintas e lacres de censura da Base Postal. Única carta conhecida com marcas de lacre da censura da Base Postal. (frente e verso). Colecção Eduardo e Luís Barreiros



Carta isenta de franquia timbrada do Hospital da Cruz Vermelha do C.E.P., em França, para Honolulu, Hawaii. Aqui existia desde o século XIX uma grande colónia de Açorianos e Madeirenses trabalhando em plantações de açúcar e que constituíam uma força de doadores ajudando os soldados do CEP em França. Colecção Eduardo e Luís Barreiros



DOS CORREIOS PARA A GUERRA DE TÉCNICOS A MILITARES

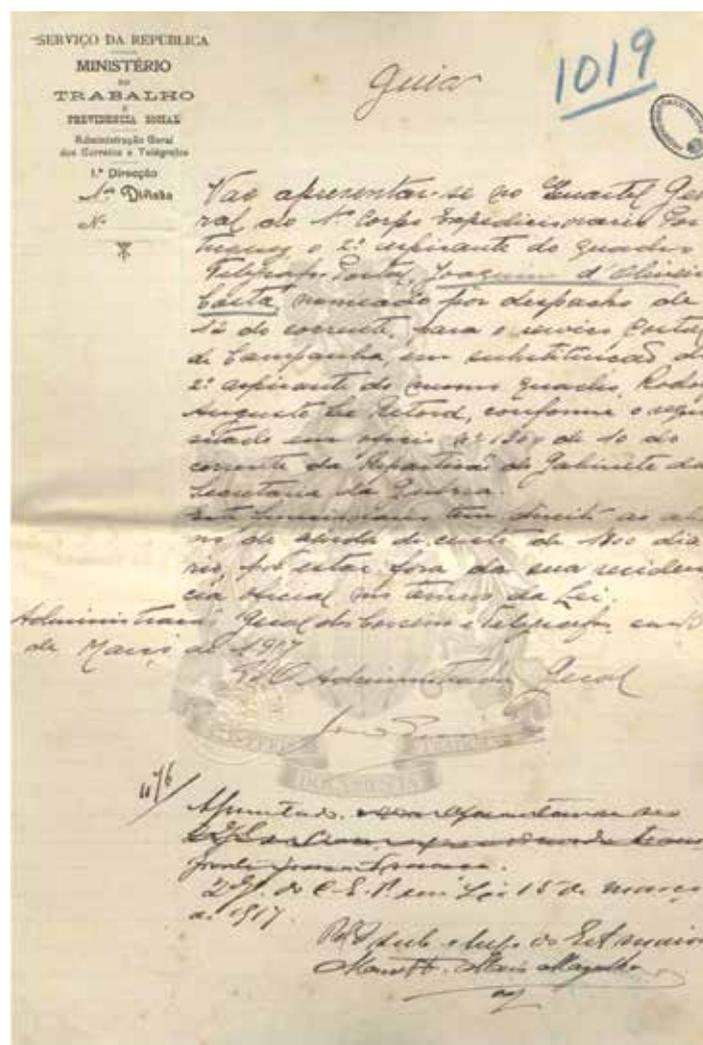
Todo o pessoal técnico que compôs o SPC foi, nos termos da lei, disponibilizado pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos:

Os primeiros-oficiais foram equiparados a capitães, para dirigirem o SPC do CEP e o SPC da 2.^a linha, este subordinado àquele. Os segundos-oficiais, equiparados a tenentes, para dirigirem o SPC das Divisões, a ECBP e as estações mais importantes e para servirem de adjuntos aos dois primeiros-oficiais. Os terceiros-oficiais e aspirantes, equiparados a alferes, para chefiarem as restantes estações e para adjuntos de estações importantes, principalmente da ECBP.

Sob o ponto de vista técnico, eram todos subordinados ao Chefe do SPC do CEP [Capitão Humberto Serrão] e portanto, à administração Geral dos Correios e Telégrafos. Na hierarquia militar, cada um estava subordinado ao comandante da formação de que fazia parte o organismo postal onde prestava serviço. (SERRÃO, 1942)

Além do pessoal técnico, havia pessoal auxiliar: sargentos, cabos e soldados, que deveriam ter sido escolhidos entre o pessoal menor dos correios e telégrafos que tinham sido mobilizado para o CEP, mas que realmente foram recrutados entre os sargentos, cabos e praças dados por incapazes para o serviço nas trincheiras já em França.

Com autorização do Subchefe do Estado-maior do CEP, foi estabelecida a rendição do pessoal técnico entre as várias estações e serviços, depois de ter classificado os lugares segundo o maior ou menor perigo que oferecia o seu desempenho. Foi o primeiro serviço do CEP onde se estabeleceu esta rendição, por circular n.º 61 da Secretaria do SPC, de 06 de Outubro de 1917.



Guia de Apresentação (AHM)

Estes militares mobilizados do núcleo do pessoal da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, estavam dependentes da disciplina militar, gozavam dos direitos e regalias dos oficiais a cujo posto estavam equiparados, nomeadamente, nos castigos, louvores e licenças.



Guia de Marcha de militar do SPC (AHM)

N.º	Nome	Posto	Estação	Origem	Data de chegada
1	Humberto Serrão	Cap. 1.ª	CP CEP	Alf. 1.ª	9-2-17
2	Antonio José Baston	-	CP CEP	CP 2.ª	-
3	José Antonio Cabral	1.ª	7	Alf. 1.ª	28-04-17
4	Baldomero Fomero de Nave	-	1	-	11-05-17
5	José Dias Ferreira	-	2	Alf. 1.ª	3-05-17
6	Américo Américo Feijó	-	3	-	4-05-17
7	José Mestre Ramos de	-	11	Alf. 1.ª	19-05-17
8	José S. Augusto de Freitas	-	2	-	-
9	Amílcar Américo Fomero	-	2	-	9-05-17
10	Américo F. dos Santos	Alf. 1.ª	1	Alf. 1.ª	13-05-17
11	Benigno Augusto	-	1	-	16-05-17
12	Manuel Valério Todal.	-	4	-	11-05-17
13	José S. Augusto Santos	-	2	-	-
14	José S. Augusto Santos	-	2	-	18-05-17
15	José S. Augusto Santos	-	2	-	-
16	Fidelis António Torres	-	1	-	-
17	Joaquim Dias de Souza	-	2	-	11-05-17
18	Alf. 1.ª	-	2	-	-
19	Paulo Gomes de Souza	-	17	-	-
20	Manuel de Silva Macgregor	-	1	Alf. 1.ª	15-05-17
21	José Augusto Facheira	-	2	-	18-05-17
22	Antonio José Baston	-	12	Alf. 1.ª	-
23	Augusto C. de Silva Casanova	-	2	Alf. 1.ª	19-05-17
24	Alf. 1.ª	-	12	-	18-05-17
25	Amílcar Tavares Feijó	-	3	-	3-05-17
26	Julio Rodrigues Costa	-	4	Alf. 1.ª	4-05-17
27	Américo de Souza	-	3	Alf. 1.ª	19-05-17
28	José Maria de Silva Baston	-	2	-	-
29	Antonio Duarte	-	2	-	28-05-17
30	Alf. 1.ª	-	11	-	4-05-17
31	Amílcar Tavares Feijó	-	2	-	18-05-17
32	Paulo H. de Silva Melo	-	2	Alf. 1.ª	19-05-17
33	Joaquim de Oliveira Costa	-	2	-	19-05-17
34	Alf. 1.ª	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
35	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
36	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
37	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
38	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
39	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
40	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17
41	Augusto de Souza	-	11	Alf. 1.ª	16-05-17

Listagem extraída do diário de Humberto Serrão, relativa ao pessoal mobilizado, posto e data de chegada a França, (Arquivo Histórico, FPC).

PARTIDA		REGRESSO	
Nome	Data	Nome	Data
Humbero Júlio da Cunha Serrão	06-01-1917	Henrique Ernesto	27-10-1917
Aníbal Lameiras Fernandes		Augusto Cardoso da Silva Casanova	11-12-1917
Manuel Tavares Grilo		António José Antunes	[14-03-1918 - post. 23-06-1918]
José Dias Ferreira		Rodolfo Augusto Le Retord	27-03-1918
José Vital de Nazareth Simões		Luís Maria Botelho Lobo	09-04-1918
António José Antunes		Carlos Henrique da Silva Melo	15-05-1918
Moisés Moreira Feijão	20-01-1917	José Dias Ferreira	27-05-1918
Balduino Gameiro da Mata		Joaquim Dias de Sousa	30-05-1918
Alfredo Herminio de Sousa		José António Cidrais	11-07-1918
José de Oliveira Santos		Artur Fernandes de Carvalho	14-07-1918
Manuel de Alegria Vidal		João Sanches Barjonas de Freitas	17-07-1918
Júlio Rodrigues da Costa		José Maria da Silva Basto	21-02-1918
Eduardo Augusto de Campos	14-02-1917	João Pedro Augusto Soares	[05-08-1918-14-06-1918]
João Sanches Barjonas de Freitas		Aníbal Lameiras Fernandes	[09-09-1918 - post 29-10-1918]
Carlos Henrique da Silva Melo		José de Oliveira Santos	[04-10-1918-11-10-1918]
Manuel Lopes		Humbero Júlio da Cunha Serrão	12-10-1918
José Mestre Ramos Júnior		Filinto Martins Torres	[24-10-1918 - 3-9-1918]
José Duarte Belo		José Mestre Ramos Júnior	16-02-1919
Pedro Gomes da Silva	12-03-1917	Carlos Alberto Freire	18-02-1919
Artur Fernandes de Carvalho		José Augusto Fachada	20-02-1919
José Augusto Fachada		Eduardo Augusto de Campos	28-02-1919
Henrique Ernesto		Mário de Sousa	[01-03-1919-3-04-1919]
Amadeu das Neves Mourão		Alfredo Herminio de Sousa	07-03-1919
Joaquim Dias de Sousa		Artur João Pires Ferreira	25-03-1919
Artur João Pires Ferreira	18-04-1917	João Luís Maria da Silva	07-04-1919
Leonardo José Pestana		Amadeu das Neves Mourão	08-04-1919
Joaquim de Oliveira Costa		Leonardo José Pestana	09-04-1919
José António Cidrais		Manuel da Silva Mesquita	15-04-1919
António Duarte		Aíres do Canto Albuquerque	22-04-1919
Carlos Alberto Freire		Adolfo Mengo Sardinha	14-05-1919
Francisco António dos Santos	09-06-1917	Francisco António dos Santos	15-05-1919
Manuel da Silva Mesquita		Eugénio Júlio Batista	16-05-1919
José Augusto dos Santos		Manuel de Alegria Vidal	30-05-1919
João Pedro Augusto Soares		José Duarte Belo	
Filinto Martins Torres		Carlos Fernandes Alves Catarino	
Mário de Sousa		António Duarte	31-05-1919
José Maria Rodrigues	José Maria Rodrigues	17-06-1919	
Amadeu Tavares Pinto	José Vital de Nazareth Simões	21-06-1919	
José Maria da Silva Basto	José Augusto dos Santos	23-06-1919	
Augusto Cardoso da Silva Casanova	Aníbal dos Santos	25-06-1919	
Luís Maria Botelho Lobo	17-11-1917	Júlio Rodrigues da Costa	29-06-1919
Rodolfo Augusto Le Retord		Joaquim de Oliveira Costa	30-06-1919
Aníbal dos Santos	11-01-1918	Amadeu Tavares Pinto	10-07-1919
José Luís Maria da Silva		Pedro Gomes da Silva	14-07-1919
Eugénio Júlio Batista	15-06-1918	Moisés Moreira Feijão	16-07-1919
Adolfo Mengo Sardinha		Manuel Lopes	24-07-1919
Aíres do Canto Albuquerque		Balduino Gameiro da Mata	28-10-1919
Carlos Fernandes Alves Catarino			

Funcionários da AGCT mobilizados, data da partida e regresso, informação compilada com base em diversas fontes

CASOS E ACASOS DA VIDA MILITAR LOUVORES, PUNIÇÕES, LICENÇAS...

O Capitão Humberto Serrão comandou o SPC entre 29 de Dezembro de 1916 e 11 de Outubro de 1918, altura em que foi promovido a Chefe de Divisão na Administração Geral dos Correios e Telégrafos e regressa a Lisboa, por não ter equiparação na carreira militar.

Assumi o comando do SPC, desde 12 de Outubro de 1918 até à completa desmobilização em 1919, o Capitão Moisés Moreira Feijão, anterior adjunto do Capitão Humberto Serrão. O SPC foi reduzindo gradualmente o pessoal até à completa extinção, apoiando o CEP até aos últimos momentos.

Durante a campanha prestaram serviço no CEP 48 funcionários da DGCT equiparados a oficiais: 2 a capitão; 7 a tenente; 39 a alferes.

Regressaram à Pátria por diversos motivos:

- Repatriados, por terem tido baixa, por doença:
1 capitão, 4 tenentes e 9 alferes;
- Repatriados, por terem sido promovidos no quadro telégrafo-postal e não haver correspondência de posto no C.E.P.:
1 capitão;
- Repatriados, por terem sido promovidos no quadro telégrafo-postal e excederem efectivo:
1 tenente;
- Por terem sido feitos prisioneiros:
1 alferes;



Humberto Júlio da Cunha Serrão (1885-1959)
(Arquivo Histórico, FPC)

- Promovidos no quadro telégrafo-postal, continuando a prestar serviço no C.E.P., nos novos postos de equiparação:
2 capitães e 2 tenentes. (SERRÃO E FEIJÃO, 1920)

Nos seus relatórios Humberto Serrão afirma que a equipa sentiu que, durante a sua estadia na Flandres, foi alvo de alguns castigos injustos, devido a circunstâncias a que eram alheios.

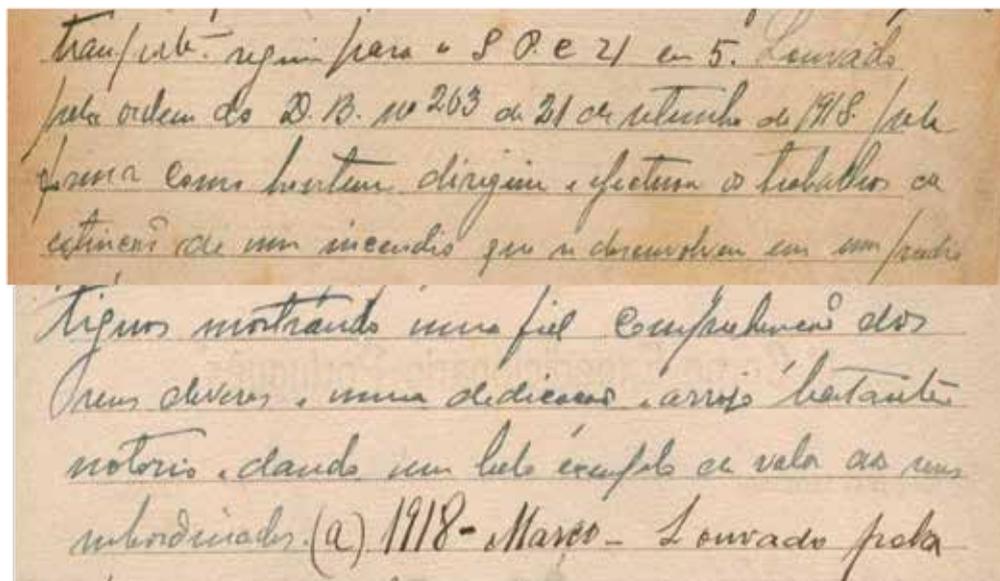
O fardamento que lhes foi atribuído foi um factor destabilizador, porque as divisas eram colocadas de forma que facilmente podiam ser confundidas com as dos oficiais inferiores, o que originou alguns problemas disciplinares.

O facto de este grupo não ter tido instrução militar prévia, fê-los sentir intrusos na classe militar, o que terá nas palavras de Serrão causado alguns problemas, que foram rapidamente ultrapassados dada a pronta intervenção das autoridades militares do CEP.

Que culpa teem os funcionários que, na situação do primeiro do signatário, foram obrigados por lei a desempenhar uma comissão junto do CEP, de que antes de os integrarem no exército, lhes não tivessem administrado instruções militares, a eles, que tinham sido isentos da prestação de qualquer serviço no exército? (SERRÃO E FEIJÃO, 1920)

Apesar de todas as adversidades – contexto de guerra, baixo grau de escolarização e ausência de formação e prática no serviço postal do pessoal auxiliar, etc. – foi este *reduzido e sossegado núcleo de funcionários da Administra-Geral dos Correios e Telégrafos mobilizados como oficiais, que, em França, executavam, junto do exército e correndo em grande parte os mesmos perigos, a pacífica tarefa de manter todos os homens do CEP em ligação confortante, por via postal, com as suas famílias, amigos e relações.* (SERRÃO, 1958)

Foram contudo, tal como todos os outros militares do CEP sujeitos aos aspectos de justiça e disciplina, licenças e doenças.



José Maria Rodrigues – louvado pela forma como dirigiu e efectuou os trabalhos de extinção de um incêndio que deflagrou num prédio. (AHM)

21/3
 Apresentado a fim de garantir em
 Vila de Trilham.
 COMANDO DA BASE DE DESEMBARQUE
 2ª de Junho de 1917
 @Comandante
 Henrique
 Apresentado a fim de garantir em c. p. e.
 COMANDO DA BASE DE DESEMBARQUE
 2ª de Junho de 1917
 @Comandante
 Henrique
 N.º 504
 Apresentado a fim de garantir em c. p. e.
 2ª de Junho de 1917
 @Comandante
 Henrique
 Apresentado a fim de garantir em c. p. e.
 2ª de Junho de 1917
 @Comandante
 Henrique
 Apresentado a fim de garantir em c. p. e.
 2ª de Junho de 1917
 @Comandante
 Henrique

Apresentação em Junta Médica de militar do SPC (AHM)

5-6
 1943
 CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS
 QUARTEL GENERAL DA BASE
 2ª-Repartição
 PASSAPORTE DE LICENÇA DE CAMPANHA
 Tem licença de campanha por 15 dias com princípio em 12
 de Outubro de 1917, nos termos do art.º 11º da Orden n.º
 199 de 26 de Setembro de 1917, do Quartel General do C.E.P., o
Equiparado a Tenente-José Antonio Cedraes
 para fazer em FRANÇA
 devendo apresentar-se neste Quartel General da Base, em 27
 de Outubro de 1917
 Quartel General da Base, 11 de Outubro de 1917
 o Chefe de Estado Maior
 Henrique

Passaporte de licença de campanha relativo a militar do SPC (AHM)

Presentado a fim de garantir em c. p. e. em 10/10/17 pelo 1.º Tenente
 Com. do Exército com 5.º de Junho por ter tido uma
 parte alguma brincadeira com um cão durante
 as horas do expediente, a qual foi punido
 com um bilhete de 100 réis, sendo
 devido assim o presente passaporte
 de 5.º de Junho de 1917 com referência ao dis-
 positivo do § 1.º do art.º 78.º do R.D.E., de 1917

Punido por brincadeira com um cão (AHM).

Lisboa, 1 de Outubro de 1919



ORÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS, TELEGRAPHOS E TELEPHONES

Redacção e Administração — Rua Eugénio dos Santos, 175, 2.º

Publicação quinzenal

CONDIÇÕES DE ASSIGNATURA

Comp. e Imp. da Typ. Mendoça — 46, Rua do Campo Santo, 48 — LISBOA

Director, editor e proprietário — ALFREDO GANDIDO

Anno 1920
Semestre 500

O escandalo do S. P. C.

Cumpra ao jornalista, para uma função inteligente e honrada, ao abordar qualquer assunto, quer ele possa ou não uma importância primária, quer lhe atecle ou não os seus direitos, proximos ou distantes, isentose e precaver-se de quanto conde para o conduzir involuntariamente a uma errada noção da justiça. Não se trata de bem e na verdade, essas concepções que dignificam e saltecem, isolado do ambiente onde os factos se produzem, os agentes atuam, inspirado pelo sentimento de justiça, qual a vontade de sentir-se-ha a vontade para expender-se e só ao acunho de acen-

cionalismo publico e que essa impossibilidade lhes ocasionaria um prejuizo injustificavel resolveu remediar essa anormalidade determinando que os funcionarios nestas condições fossem considerados como aprovados nas referidas provas.

E' implicitamente este o criterio do legislador.

E' tanto assim é que nas considerações em que ele se fundamenta e que precedem os artigos e paragrafos que constituem o corpo do decreto o governo diz:

«Considerando que durante o espaço de tempo que durou a mobilização do exercito, se efectuaram concursos dentro dos diferentes quadros e serviços do funcionalismo publico, e em que não puderam tomar parte individuos nas condições da lei, por se acharem afastados dos seus mestores»

Eis insofismavelmente definido o espirito, a ideia, o fundamento do

deste criterio, limpo e redigido o artigo primeiro que:

imperando como lei, nos leva a denominar — os do S. P. C.

O assunto, profundado nas suas minudencias apresenta-nos aspectos interessantes que o diversifica e notabilisa.

A materia do artigo primeiro, por clara que é, não sugere nem determina controversia.

A divergencia intransigente, o litigio pegado, a luta acesa estabelecem-se unicamente em volta do paragrafo — o osso a esburgar!...

Estarão os funcionarios do S. P. C. ao abrigo da sua doutrina?

Vejamos. Efectuaram-se porventura concursos nos nossos serviços durante a sua estada em França?

Efectuaram-se concursos durante os quatro mezes que se succederam ao seu regresso?

Não se effectuaram! Nem durante a sua ausencia nem depois do seu regresso!

Por tudo isto, que é positivamente o inverso do concebido na lei, os colegas do S. P. C. não podem beneficiar das suas disposições. Não tem direito, eis tudo!

Mas como é uso em nossa terra,

actuára unicamente em Novembro do ano corrente succede que a data da prestação de provas já deve ter rolado bem á vontade uns oito mezes sobre a data do seu regresso, o que é praso mais do que sufficiente para uma cuidada preparação! Admitamos ainda que por uma estranha e exquissita circumstancia os concursos se adiam por mais um ano! Como quer que os colegas do S. P. C. não houvessem regressado quatro mezes antes da abertura inicial dos concursos, ou seja para a entrega dos requerimentos, quando se prestasse provas eles ficariam novamente isentos d'isso muito embora estivessem em Portugal ha cerca de 2 anos!...

Não, meus senhores, isto tem qualquer coisa de burlesco, de macabro, de disparatado.

A doutrina do paragrafo sómente se pôde aplicar áqueles que, havendo regressado num periodo assaz proximo dos concursos não estavam quando da prestação de provas, preparados, em virtude da sua permanencia na guerra!

E' esta a sã doutrina e não buscamos artificios que dealuistram para justificar mais umas promoções que, determinando para os contemplados um aumento de numerario, determinará tambem, pelas circumstancias em que se effectuam, uma diminuição das virtudes que lhe buscamos, dada a sua permanencia no campo onde se morria pelo direito, pelo

viveram na guerra, pela proximidade do brassero coricante e medonho onde se refundiram e retemperaram as sociedades e onde o canhão horrivel bramava pelo direito e pela razão, pela justiça e pelo ideal, voltassem transformados, educados na guerra, incapazes de usurpar os direitos doutros e reivindicando unicamente o que fosse de direito. Mas não, da guerra trouxeram sómente aquele adagio brutal e banalizado arrogante e frio, duma frialdade glacial, duma arrogancia pertinax — na guerra como na guerra!...

Eganamo-nos, porem e maguadamente, entretendidamente vamos encontrar, entre os que sofragamente reclamam a promoção algumas daquelas figuras que tempos atrás foram os campeões das nossas associativas, daquellas lutas e do prego indomavel e fremente saltava dos labios em notas como um clangor de clamando o direito. Encontramos alguns que to belo de ha dois amuras do Loure recantos lugubros masmorras mados ideal art

O REGRESSO À VIDA CIVIL

Em 11 de Novembro de 1918 é declarado o fim da guerra. As tropas portuguesas iniciam o regresso à Pátria e ao mesmo ritmo as estações postais vão sendo encerradas. A última expedição de correspondência pelo SPC 8 ocorreu em 10 de Julho de 1919.

O Serviço Postal foi o serviço militar que teve mais reclamações durante a guerra. Talvez porque do seu desempenho dependia o ânimo das tropas e a paz de espírito das famílias que as viram partir.

Foram muitas as acções intentadas contra o SPC, largamente documentadas na correspondência trocada entre Humberto Serrão com o Comandante do CEP General Tamagnini de Abreu e Silva e com o Ministério da Guerra, para que fosse averiguada a veracidade dos factos então denunciados.

Destas diligências concluiu-se que os atrasos resultavam, geralmente, de lacunas no preenchimento dos endereços ou da retenção pelos serviços de censura.

«Havia pessoas que julgavam que o C.E.P. era um aglomerado de tropas, no centro do qual existia uma estação postal, que mandava entregar as correspondências, cujos destinatários podiam ser identificados apenas pelos nomes e pelos postos. Um endereço vi eu, redigido da seguinte forma: F..., soldado do regimento d...» – Campos de Batalha – França, (SERRÃO, 1942).

REPRESENTAÇÃO DE QUEIXAS SOBRE O SERVIÇO POSTAL EM CAMPANHA APRESENTADA POR UMA COMISSÃO ORGANISADA NO PORTO PARA ESSE FIM.

A sua Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra



Ex.^{ma} Snr.

N'este momento, o mais grandiosamente historico para a nossa nacionalidade e em que os soldados de Portugal estão derramando o seu sangue generoso, arrostando com os maiores sacrificios, por honra da sua Patria estremeçada, nós, parentes de alguns d'esses soldados, constituídos em comissão representativa de milhares de familias, vimos solicitar de V. Ex.^a a

remodelação do serviço postal em campanha

de forma que elle possa corresponder dignamente ao fim para que foi instituido, o mais perfeitamente quanto possivel e de maneira a garantir, como acontece em todos os exercitos aliados, a troca de correspondencias entre os que lutam pelos sagrados interesses de Portugal e esses milhares de familias que, soffrendo a horrivel separação dos seus entes queridos, tem o direito de receber noticias d'eles e simultaneamente fazer chegar ás trincheiras palavras d'animo, resignação e fé, d'onde sempre resultam actos de coragem e abnegação.

Inexplicavel é, Ex.^{ma} Snr. Ministro, que em Portugal tenhamos um serviço de correios considerado pelos seus congeneres do estrangeiro como dos primeiros, e que sendo funcionarios portugueses que o estão executando em França, elle seja o que V. Ex.^a poderá verificar pelas amargos queixas contidas nas correspondencias que junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a e que multissimas mais seriam se todas as familias que tem lá os seus, lessem os jornaes ou tivessem conhecimento do convite que fizemos.

N'elas vae V. Ex.^a ver tanta angustia, tantas dôres das familias d'aqueles que dão a vida a ris so por amor do nosso Portugal, que V. Ex.^a Sr. Ministro, a quem a Patria tanto deve, decerto, com o seu espirito organisador, não consentirá que este serviço assim continue e providenciariá de forma que lá longo, no meio da maior das guerras onde, por honra nossa temos um logar, os nossos valentes soldados e officiaes tenham o lenitivo d'uma carta, o beijo d'uma mãe ou d'uma esposa, a caricia d'um filho estremeçado.

São, Sr. Ministro, milhares e milhares de corações que confiam em V. Ex.^a e que amanhã, mesmo chorando a perda d'aqueles que cimentaram com o seu sangue o sol da Liberdade, bendirão o nome de V. Ex.^a por tão util e benéfica acção em prol d'esta justissima petição.

A COMISSÃO

*Amadeu d'Almeida
José da Silva Pinto
Alfredo Gonçalves d'Almeida
Carlos Gonçalves d'Almeida
Antonio Pinto Pereira*





SERVIÇO DA REPUBLICA

Corpo Expedicionario Portuguez

QUARTEL GENERAL - 2.ª REPARTIÇÃO S.

N.º 1774/111

Em 16 de Julho de 1917

Ao Sr. Chefe da Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra

Lisboa

Referencia á nota n.º _____ de _____ de 1917

Ampliando a minha nota n.º 1617/111 de 29 de Junho findo, que antecipadamente respondia ao assunto do telegrama de Sua Ex.ª Ministro n.º 334 de 12 do corrente, informo, para conhecimento do mesmo Ex.º Senhor, o seguinte:

O serviço dos correios no C.E.P. é bem executado. Se ha demora na entrega da correspondencia, os motivos podem ser os que vou apontar e para os quaes de forma alguma concorrem os funcionarios de S.F.C. que, segundo sou informado, cumprem com zelo as suas funcções.

EM PORTUGAL

- 1.º.- Correspondencia retida por erro ou deficiencia de endereço.
- 2.º.- Correspondencia retida pela Censura.
- 3.º.- Possivel extravio no correio.

EM FRANÇA

- 1.º.- Os destinatarios da correspondencia estarem afastados temporariamente da séde da sua unidade ou formação por motivo de serviço. Não pode deixar de haver demora na entrega da correspondencia.
- 2.º.- Os destinatarios acharem-se em tratamento em hospitales inglezes, não sabendo as unidades nem os Q.G., mas sim a Base quaes estes sejam, havendo, portanto, e infalivelmente, demora em lhes fazer chegar a correspondencia.
- 3.º.- Direcção mal indicada, o que é frequente, apesar de todas as recommendações feitas.
- 4.º.- Demora na unidade onde a correspondencia expedida é sempre sujeita á censura e em que, por motivos de serviço, nem sempre se pode completar no dia de entrega.
- 5.º.- Endereço ilegivel da correspondencia recebida ou a expedir.
- 6.º.- Retenção por infracções ao Regulamento de Censura. Recebo com a maxima regularidade cartas frequentes de pessoas de familia, 7 dias depois de serem expedidas de Lisboa e as minhas são recebidas lá 5 dias depois de entrarem aqui no correio. O mesmo succede a todos os officiaes do Quartel General e a todos os outros cuja situação é á mais estavel e que, por interesse proprio, tem os cuidados precisos para evitar todas as causas de demora acima apontadas.

Casas ha, porém, infelizmente frequentes, em que nem os proprios interessados assim procedem, nem as unidades e formações tem os cuidados que, por todos os motivos, lhes deve merecer o ser-



SERVIÇO DA REPUBLICA

Corpo Expedicionario Portuguez

QUARTEL GENERAL - 2.ª REPARTIÇÃO S.

N.º _____

de _____ de 1917

Ao Sr. _____

Lisboa

Referencia á nota n.º _____ de _____ de 1917

viço postal, como já fiz sentir aos Comandos meus subordinados, em Circular da qual, por bastante elucidativa para o assunto, remeto a V. Ex. um exemplar. É sobretudo e quasi exclusivamente nos casos que se dão as faltas que servem de pretexto para depreciar injustamente o S.F.C.

Tem-se levantado nos jornaes uma campanha contra os empregados telegrafo-postaes que aqui estão, dizendo que eles não percebem do serviço da posta, e que deviam ter vindo os empregados postaes, etc. Esta campanha teve já eco no Parlamento e vejo nela interesses prejudicados, invejas mesquinhas, ou qualquer outra manifestação de maus sentimentos e má camaradagem, talvez entre empregados da Administração Geral dos Correios.

É uma campanha em que dizem que é pessimo o serviço dos correios, mas em que até hoje só me foi apresentado um caso concreto no qual se averiguou que o endereço estava errado.

Feço a Sua Ex.ª o Ministro que dá as suas ordens para que sejam recebidas quizas concretas provando o mau serviço do correio no S.F.C., que eu affianço que a serem fundadas, procederei como é do meu dever.

A não ser aquela a que acima me refiro nenhuma ainda chegou ao meu conhecimento, citando nomes e dando provas; todas as mais são acusações vagas a que não posso nem deve dar credito, desde que por factos concretos tenha conhecimento do zelo e interesse com que é desempenhado o serviço pelo pessoal do S.F.C.

O Comandante do C.E.P.

F. T. ...

C.E.P.
SERVIÇO POSTAL
Secretaria

COPIA

SERVIÇO DA REPUBLICA



Em campanha, 5 de Julho de 1917

N.º 562/14

Ex. Senhor Chefe do Estado Maior do C.E.P.

Confidencial

Confirmando as declarações por mim feitas ha dias, venho apresentar a V. Ex. os seguintes casos de irregularidades praticadas nas unidades, formações e serviços do C.E.P., sobre correspondências postaes:

I - Um aviso para reclamação de uma amostra registada foi enviado pelo S.P.C. e a Escola de Sinaleiros, em 22/VI. Esse aviso só foi entregue, pela unidade, ao destinatario Luiz Nunes Brito, em 5/VII. O interessado declarou que não se tem deslocado da Escola.

II - Um bilhete postal, dirigido a Joaquim Maria Santana, 2.º sargento da 1.ª Companhia de Engenharia, foi enviado successivamente à 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª. C. S.M. Esse postal representa o Palácio de Vila Viçosa. Não estranha a este S.P.C. e ao remetente substituiu a palavra "Real" por "Republicano", o que não constitue irregularidade de maior; mas, o mesmo ou outro individuo, acrescentou, a lapis azul, o n.º 193, evidentemente com intuios obscenos.

III - A carta registada sob o n.º 47, em Hancellos, e dirigida ao "Alferes Maia", foi, em 30/V, entregue, mediante recibo, no 2.º G.B.H., recibo que parece assinado pelo proprio. Essa carta deu entrada, como correspondencia ordinaria, no S.P.C.2, em 20/VI, e tem de ser entregue ao destinatario em Artilharia 3. Foi ou não o proprio que assinou o recibo? As correspondencias registadas nunca se reexpedem com tão pouco cuidado e com tanta demora.

IV - Uma carta, dirigida a Armando Correia, soldado 503 da 1.ª Companhia de Infantaria 28, foi devolvida da unidade com a esta R.I.P. que não me parece poder ser tomada como declaração official; e tanto assim que o chefe do S.P.C.4 exigiu a declaração, feita posteriormente, de MORTO.

V - Uma carta, dirigida a Manoel Antonio, soldado 398 da 4.ª Companhia de Saude, S.H.B., passou successivamente pela S.H.B., Ambulancia 3 e 39th Stationery Hospital, dando entrada no S.P.C., aberta.

Em identicas circumstancias se encontram as cartas dirigidas a Francisco Bias, Albano Monteiro dos Santos e José Augusto de Figueiredo.

VI - Uma carta dirigida a João de Souza Moraes, alferes do 4.º Regimento, 3.ª Batalhão, Infantaria 12, passou por essa unidade, Ambulancia 3 e 1.ª C.S.M. Contemmo verso, um desenho feito a lapis.

VII - Uma carta, dirigida a Florinda da Silva Lobo, Aldeia dos Irmãos, Azeitão, Portugal, deu entrada no S.P.C.8, aberta propositadamente. Foi expedida da unidade, foi expedida da unidade a quem está distribuido o carimbo n.º 43.

VIII - Tres cartas registadas, dirigidas a Armando da Costa Vasga, foram entregues no Gr. Esq., tendo dois dos recibos sido assinados pelo alferes D. Gomes e um pelo sargento-adjudante. Essas cartas foram, depois, incluídas num envelope que contem as palavras "cartas registadas", expedido, no entanto, como correspondencia ordinaria, com o nome do destinatario errado e dirigido para o antigo D.A.B. As cartas foram, por mim, mandadas entregar no General Hospital 26.º, onde o destinatario se encontra.

IX - As cartas, dirigidas a José Ferreira, José Montemor e Emilio Saraiva, foram, no verso, varios numerros, parecendo terem servido para apontamento das praças que faltaram ou estiveram presentes a qualquer chamada.

A carta dirigida a José Chapado está, alem d'isso, num estado que revela pouco cuidado e mostra que algum se entreteve a escrever palavras desnecessarias, no verso.

Remeto a V. Ex. todos os documentos a que me refiro, rogando a devolução de todos eles, indispensaveis, uns, ao arquivo do S.P.C. e outros, devendo seguir o seu destino.

O Chefe do S.P.C.

(a) Humberto Serrão

Está conforme

Quartel General do C.E.P. em 8 de Julho de 1917

Pelo Chefe da Repartição

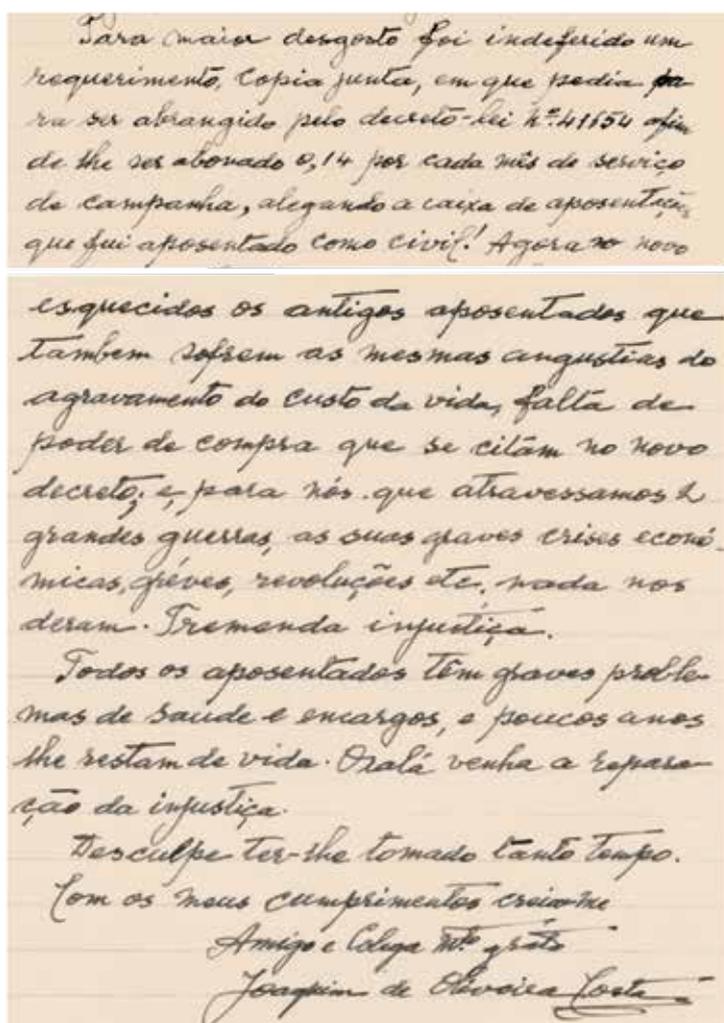
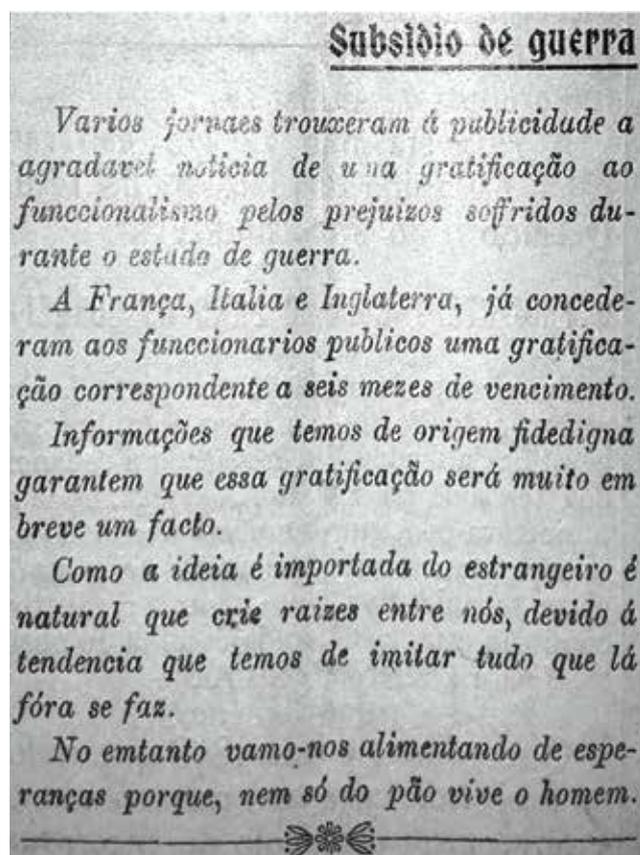
(a) Julio Lourenço

capitão

No regresso à vida profissional a equipa considerou-se penalizada por ter tido equiparação militar.

1.º pela AGCT – apesar do decreto 5.553 estipular que os funcionários que não tivessem sido promovidos por terem sido mobilizados, fossem no regresso equiparados aos restantes, nem todos foram contemplados. A promoção dos que tinham combatido a BEM DA NAÇÃO, foi ainda tida como lesiva pelos seus pares.

2.º pelo País – numa primeira fase justificada pela realidade socioeconómica, agravada pelo esforço de guerra e mais tarde por serem considerados civis para efeitos de reforma e por isso não poderem beneficiar do acréscimo de 0,14% na pensão como estipulado no DL. 41654 de 28/5/1958, como relata nesta carta Joaquim de Oliveira Costa.



O RELATÓRIO DESAPARECIDO

Enquanto Chefe do SPC Humberto Serrão procurou registar, com a precisão que os meios e o contexto lhe permitiam, a actividade do serviço na Flandres.

Foi com desgosto que ao questionar, 28 anos depois, os CTT e o Exército sobre o paradeiro do relatório final que tinha apresentado com o Capitão equiparado Moisés Feijão, responsável pela liquidação do serviço no fim da campanha, ambos desconheciam o seu paradeiro.

«Decepção-? Já não tenho sensibilidade bastante para tanto. Desconsôlo, sim, por ter reconhecido que os dois organismos oficiais, que deviam ser interessados pelo menos na conservação desses documentos – lhe não deram importância. Reconstituí- -os, servindo-me de cópias em meu poder e do inspector Feijão» (Ofício de Humberto Serrão dirigido a Godofredo Ferreira, 1947, Arquivo Histórico da FPC).

Do relatório que posteriormente elabora, oferece uma cópia à Biblioteca dos CTT com a indicação,... para a biblioteca da AG, se é que há lugar para assuntos de interesse tam restrito como êste, mas tratado por nós com boa intenção e seriedade (Ofício de Humberto Serrão dirigido a Godofredo Ferreira, 1947, Arquivo Histórico da FPC).

Todas essas dificuldades, todavia, foram compensadas pela satisfação de ter sido levado a cabo, julgo que com agrado para a maioria dos utilizadores, um serviço na aparência tam insignificante e tam modesto.

Na aparência, digo e repito: só na aparência, porque o serviço postal num exército em campanha, longe de desempenhar um papel banal e dispensável, representa um dos factores de maior importância para a manutenção, se não elevação, do nível moral, não só das praças, mas também dos oficiais.

Humberto Júlio da Cunha Serrão

1942



Relatório de Humberto Serrão e Moisés Feijão elaborado, em 1920, para reconstituir a informação que constava no relatório dado como desaparecido, (Arquivo Histórico, FPC).





ANEXOS

HISTÓRIA POSTAL DA I GUERRA MUNDIAL

NOTAS SOBRE O CONTEÚDO DE UMA COLECÇÃO FILATÉLICA

A comunicação entre os povos de diferentes regiões e países através de mensagens escritas é conhecida desde a antiguidade. Um serviço organizado de correio tem início na Europa a partir do século XIII. Em Portugal, foi D. Manuel I que, com a nomeação de Luís Homem, como o primeiro Correio Mor do reino em 1520, lançou a primeira pedra para a criação de uma futura rede de comunicação postal.

Em 1606, a administração postal passa a ser gerida pela família Mata Coronel, mantendo-se em mãos privadas até ao reinado de D. Maria II em que é extinto o ofício do Correio Mor do Reino, em 18 de Janeiro de 1797, com a sua incorporação na Coroa de Portugal. Neste longo período de tempo dos Correios Mores, o valor do porte das cartas era ajustado entre o remetente e o agente encarregue da entrega. Segue-se um período de 60 anos de administração postal pertencente ao estado e em que a característica mais marcante, é o pagamento do porte das cartas, na grande maioria dos casos, pelo destinatário. Era mesmo considerada uma indelicadeza, alguém receber uma carta com o porte já pago pelo remetente. Esta forma de enviar correspondência com o porte a pagar no destino, em uso em Portugal e no estrangeiro, vem a ser modificada radicalmente com o aparecimento do selo ou estampilha postal em Inglaterra, em 1840. A partir desta data, a grande maioria das cartas iriam ser franqueadas com estampilhas postais. O sucesso da utilização dos selos foi tão grande que inúmeros países adoptaram esta forma de encaminhar a sua correspondência. O Brasil e a Espanha adoptaram o uso dos selos em 1843 e 1850 respectivamente. Portugal viria a imprimir os seus primeiros selos, com a efígie de D. Maria II, em 1853.

A novidade do aparecimento de cartas com selos e a sua generalização, desperta o interesse para uma nova área de

coleccionismo, identificada de forma mais simples como “filatelia”. No início, o coleccionador limitava-se a adquirir os selos em falta para preencher o espaço vago, a ele destinado, nos múltiplos álbuns editados na Europa e nos Estados Unidos. Por vezes, o filatelista era mais rigoroso e incluía na sua colecção algumas variedades de cor, papéis, denteados, erros etc. Destacaram-se na 2.ª metade do século XIX e primeira metade do século XX importantes colecções pertencentes a ilustres filatelistas como Philippe von Ferrary, Arthur Hind, o Rei Jorge V de Inglaterra, Franklin Roosevelt, o rei Farouk do Egipto e outros. Esta forma de construir uma colecção filatélica manteve-se de forma quase inalterada até aos anos setenta do século passado. Progressivamente, alguns coleccionadores, depois de esgotado o estudo dos seus selos, começaram a interessar-se por outras características da correspondência, como por exemplo: pelo porte que pagavam as cartas, pelas marcas de dia e outros carimbos aplicados sobre elas, pelas vias de encaminhamento postal e pelo tempo necessário para a entrega da correspondência. Surgiu assim, uma nova e muito estimulante forma de coleccionar, que tem tido uma grande expansão nos últimos anos, conhecida como história postal.

Os autores destas linhas, coleccionadores desde os 12 anos, e após um período de coleccionismo mais tradicional, cedo abraçaram estes novos aliciantes da história postal. Aos 18 anos, ainda em Luanda, Angola, na companhia do Pai em comissão militar, se habituaram a conviver com a correspondência com características especiais, isenta de franquia, (não carecendo de selos para poder circular) expedida e recebida. Eram os aerogramas militares editados pelo Movimento Nacional Feminino (MNF), isentos de franquia autorizados pela portaria 18545, de 23 de Junho de 1961 que utilizados aos milhões, foram um sucesso na

comunicação postal entre os militares expedicionários e as suas famílias durante o período da guerra colonial.

Começa então o nosso interesse pela classificação das diferentes variedades de aerogramas que foram sendo impressas ao longo dos 13 anos da guerra colonial, quer os editados oficialmente pelo MNE, quer os mandados imprimir pelos comandos militares das diferentes províncias ultramarinas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Índia e Timor. O nosso interesse estendeu-se também ao estudo e classificação das inúmeras marcas postais militares, em uso no Serviço Postal Militar instalado a partir de 1961, em todas as províncias ultramarinas. Deste estudo, resultou a organização de uma colecção de referência deste tema que culminou em 2004 com a publicação da obra "História do Serviço Postal Militar 1961-1974".

O interesse pela história postal militar iria continuar nos anos seguintes até à actualidade, abrangendo áreas tão diversas como o período das Invasões Francesas, as Lutas Liberais, a Guerra da Patuleia e Maria da Fonte, a revolta monárquica em 1919, conhecida por Monarquia do Norte, a Guerra Civil de Espanha e a 2.^a Guerra Mundial, entre outros.

Nos últimos 10 anos, a par das áreas atrás referidas, começámos a reunir de forma sistemática, um conjunto de cartas e postais relacionados com os eventos históricos do período da 1.^a Guerra Mundial. Deste estudo, resultou a organização e montagem de uma colecção de história postal com o título "Portugal na Primeira Guerra Mundial"(3,4).

Manter um serviço de correio eficaz em tempo de guerra é fundamental para manter elevada a moral das tropas, apesar de todas as dificuldades que surgem em situação de conflito, como: o encerramento das habituais vias de encaminhamento postal, da imposição da censura militar e civil e do inevitável atraso na entrega da correspondência.

Uma colecção de história postal militar deste conflito é constituída por documentos postais remetidos ou recebidos pelos militares em campanha, nos diferentes

cenários de guerra, desde a frente europeia na Flandres às colónias portuguesas. São estudadas as vias de encaminhamento postal, as marcas das unidades militares sobre a correspondência conferindo isenção de franquia, o funcionamento e as marcas da censura militar e civil e os organismos humanitários de apoio aos soldados e prisioneiros de guerra.

Organizámos a colecção de forma cronológica, que se encontra dividida em 15 capítulos em que se destacam: o período anterior à entrada de Portugal na guerra, mostrando exemplos de correspondência proveniente da África Oriental Alemã, que sujeita ao bloqueio naval Inglês sobre Dar-es-Salam e com a anuência das autoridades Portuguesas, fazia transitar o seu correio pelo território de Moçambique até Lourenço Marques, onde viria a ser transportado pelo paquete Português até à Alemanha. Entretanto, a pressão diplomática das autoridades Inglesas sobre Portugal, viria a interromper esta via de escoamento do correio, a partir de Agosto de 1915.

Portugal, que só iria entrar no conflito em 9 de Março de 1916, enviou logo em 11 de Setembro de 1914 uma força expedicionária para Angola e outra para Moçambique, cujas fronteiras vinham sendo ameaçadas pelas forças Alemãs. A correspondência das forças expedicionárias, era isenta de franquia, (Artigo 10º do Regulamento Postal de Campanha), pela aposição de um carimbo da expedição e ou da unidade militar, apresentando marcas de grande diversidade e algumas de grande raridade.

Fazem parte também desta colecção postais com marcas militares utilizadas durante as manobras em Tancos, que precederam o envio das tropas para a Flandres, em Janeiro de 1917.

Nesta exposição, são exibidos alguns exemplos de cartas censuradas pelos serviços de censura, entretanto criados, a partir de 1 de Agosto de 1916, em Lisboa e no Porto, bem como múltiplos exemplos de marcas e cintas de censura do Corpo Expedicionário Português em França (da nossa colecção constam também de Angola e de Moçambique).

Da nossa colecção, destacamos um conjunto de cartas e postais remetidos do pequeno território do Kionga, localizado a Norte de Moçambique, na margem sul do Rio Rovuma, reconquistado aos Alemães em 10 de Abril de 1916, durante a 2.^a expedição a Moçambique. A recuperação da soberania Portuguesa sobre este território foi comemorada com a emissão de uma série de selos de 4 taxas com a sobrecarga Kionga e duas marcas de dia diferentes utilizadas na estação postal local, entretanto criada. Portugal necessitava de se afirmar como potência europeia com um império colonial e utilizou a emissão destes selos com esse objectivo. Deste acontecimento histórico conhecemos cartas, quer franqueadas com os selos comemorativos, quer as isentas de franquia remetidas pelos militares em operações. Trata-se de um acervo de grande raridade e de valor internacional, até agora nunca antes reunido, nesta qualidade e quantidade.

Outra área de investigação dos autores e que veio enriquecer esta colecção, foi a descoberta nos arquivos de documentação sobre campos de internados Alemães, na Índia Portuguesa (7), Moçambique (8), Angola e Angra do Heroísmo nos Açores (9). Enquanto procurávamos nos arquivos elementos sobre os campos de internados Alemães em Moçambique deparámos com documentação referente a um grupo de prisioneiros instalados no campo de Tete, na província de Tete. Estávamos assim na posse de informações inéditas sobre a sua localização, planta das instalações, número de internados e sua identificação. No entanto, para podermos ter o prazer de publicar um artigo sobre este assunto em revista especializada, faltava-nos uma carta ou postal remetido por um dos prisioneiros. Foi de um amigo filatelista na Alemanha, que nos chegou a informação que nos faltava. Numa casa leiloeira de referência, ia ser leiloado um postal remetido por um prisioneiro internado neste campo. Podia finalmente o artigo seguir para publicação.

Pela limitação do espaço que nos é destinado, aqui ficam estas breves notas sobre uma colecção de história postal da 1.^a Guerra, apesar de muito mais haver a dizer.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

BARATA, Manuel Themudo, *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Circulo dos Leitores, 2003.

BARREIROS, Eduardo & BARREIROS, Luís. *História do Serviço Postal Militar. Guerra Colonial. 1961-1974*. Lisboa [s.n.] 2004.

BARREIROS, Eduardo & BARREIROS, Luís. *Portugal na I Guerra Mundial. História Postal/Portugal in World War. Postal History*. Catálogo da Exposição Mundial de Filatelia, Portugal 2010.

BARREIROS, Eduardo & BARREIROS, Luís. *The Postal History of the Kionga Territory*. Military Postal Markings. Portu-Info. Vol – 41,162, (Oct – Dec 2006).

BARREIROS, Eduardo & BARREIROS, Luís. *The Postal History of the Kionga Territory*. OPUS, Académie Européenne de Philateli, n.º XIV, (2014).

BARREIROS, Eduardo & BARREIROS, Luís. Portuguese India. German and Austrian Prisoners in Concentration Camps in Goa. *Portuguese Philatelic Society Bulletin*, n.º 173-4, (2006).

FERREIRA, Godofredo. *Dos Correios Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos*. Lisboa: [s.n.] 1932.

HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *La Lys-1918: os soldados desconhecidos*. Lisboa: Prefácio, 2001.

MARQUES, Isabel Pestana, *Das trincheiras com saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Braga: A Esfera dos Livros, 2014.

MARQUES. Isabel Pestana, *Memórias do General. Os meus Três Comandos*. Braga: A Esfera dos Livros, 2004.

MARTINS, Dorbalino dos Santos, *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*. Lisboa, EME, 1995.

MARTINS, Ferreira, *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Ática, 1934.

OLIVEIRA, A. N. Ramires (coord.), *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: EME, 1994.

SERRÃO, Humberto, *O Serviço Postal do Corpo Expedicionário Português à França em 1917-1918 (S.P.C. do C.E.P.)*. Lisboa: C.T.T., 1942.

SERRÃO, Humberto, *O que eu vi em 50 anos*. Lisboa: Serviços Culturais dos C.T.T., 1948.

SERRÃO, Humberto, *O SPC do CEP e o «9 de Abril»*. Lisboa: [s.n.], 1958.

SILVERMAN, Bernard, *Density Estimation for Statistics and Data Analysis*. New York: Chapman and Hall, 1986.

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

O CORREIO ENTRE FRONTEIRAS E TRINCHEIRAS

Coordenação Geral

Fundação Portuguesa das Comunicações
 Centro de Estudos Geográficos (IGOT-UL)
 Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

Pesquisa e seleção de conteúdos

Patrícia Franco Frazão (FPC)
 Sandra Domingues (CEG/IGOT/UL)
 Jorge Rocha (CEG/IGOT/UL)
 José Paulo Berger (GEAEM/DIE-Exército Português)

Conceção de mapas em SIG

Jorge Rocha (CEG/IGOT/UL)

Textos

Patrícia Franco Frazão (FPC)
 Sandra Domingues (CEG/IGOT/UL)

Arquitetura e coordenação museográfica

Rui Órfão

Design gráfico

Dupladesign
 Catarina Loureiro

Produção gráfica

Logotexto

Impressão Painéis

Direção de Infraestruturas do Exército

Coordenação de Comunicação

Isabel Santiago

Comunicação

Ana Ferreira
 Raquel Reis

Filatelia

Dulce Anahory

Património Postal e Telecomunicações

Isabel Manteigas

Agradecimentos

Comissão Coordenadora para Evocação do Centenário da I Guerra Mundial
 Direção de Infraestruturas do Exército
 Direção de História e Cultura Militar
 Arquivo Histórico Militar
 Museu Militar de Lisboa
 Centro de Informação Geoespacial do Exército
 Liga dos Combatentes
 Instituto Hidrográfico da Marinha
 Comissão Portuguesa de História Militar
 Acácio Luz
 Bernardo Cardoso
 Cristina Moura
 Eduardo Barreiros
 Elsa Gonçalves
 Ezequiel Correia
 José Silva Rodrigues
 José Vilela
 Luís Barreiros
 Paulo Almeida

≡ S. P. C. ≡